**SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

**ATA**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2025 e da ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2025;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

**2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"**

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal;

2.3 – Relatório dos Revisores Oficiais de Contas referente ao 1.º semestre de 2025 – Conhecimento;

2.4 – Discussão e aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026;

2.5 – Discussão e aprovação do Mapa do Pessoal para o ano de 2026;

2.6 – Discussão e aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2026, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.7 – Discussão e aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas;

2.8 – Discussão e aprovação da Participação do Município no IRS no ano de 2026;

2.9 – Discussão e aprovação da fixação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2026;

2.10 - Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

2.11 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;

2.12 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil;

2.13 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

2.14 – Designação de três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia, Paulo Jorge Pinto Coelho dos Santos:

- Ora muito boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo, todos os Senhores Deputados Municipais, Público, Serviços da Autarquia. Bem-vindos. Estamos na sessão pública da Assembleia Municipal Ordinária do 22/12/2005.

Vamos começar por fazer a chamada dos Senhores Deputados. Senhora Secretária, por favor.

(A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia, procedeu à chamada dos Senhores Deputados.)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor António Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo, tem falta justificada por motivo da doença, que enviou. Fez-se substituir pelo Primeiro-Secretário, José Vitorino Amaral, que está presente e pode tomar o seu lugar. Recebemos a comunicação hoje, mas, vamos aceitar. Obviamente, de futuro, este tipo de situações tem que ser, atempadamente, comunicadas à Assembleia. De qualquer das maneiras, vai participar na Assembleia.

Também temos uma situação, que eu aproveito para comunicar à Assembleia. Julgo que todos os Senhores Deputados receberam a suspensão de mandato de Sandra Pereira por Celeste Nunes. Os motivos estão indicados. Julgo que receberam a correspondência todos os Senhores Deputados, pelo menos os Serviços.

Mas eu tenho os motivos. Não tenho problema nenhum em indicar. Portanto, foi-nos solicitado da parte da Senhora Deputada Sandra Rita Pereira, a suspensão de mandato por 90 dias, pelo facto de ser ter sido nomeada Dirigente Intermédia de 3.º Grau para a Unidade Orgânica de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, em regime de substituição, pelo prazo de 90 dias.

Portanto, face ao exposto, vem requerer a suspensão de mandato, pelo que foi chamada a Senhora Deputada da Lista do PSD, que lhe sucedia, Celeste Nunes, que está já presente. Portanto, a esta a justificação. Está explicada, julgo eu.

Sobre a lista de presença, Senhora Secretária, temos 28. Portanto está toda a gente. Aqui as faltas estão justificadas. Estão substituídas. Estão todos os Membros da Assembleia toda.

Hoje, a Ordem de Trabalhos é um pouco exigente, de facto, com muitos pontos. Vamos, tentar ser o mais céleres possível. Vamos ter a discussão e aprovação das atas das sessões ordinais de 27/06/25 e de 26/09/2025. Temos 2 atas para aprovar. O Expediente. Os assuntos diversos da Ordem do Dia.

E, na Ordem do Dia, temos, além da Informação do Senhor Presidente da Câmara, a discussão e aprovação do Regimento da Assembleia, o Relatório dos Revisores Oficiais de Contas referentes ao primeiro semestre de 2025, para conhecimento da Assembleia. No ponto 24 temos a discussão e aprovação das propostas do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026. No ponto 2.5 temos a discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para 2026. No ponto 2.6 temos a discussão e aprovação do lançamento da Derrama para o ano 2026. No ponto 2.7 temos discussão e aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026. No ponto 2.8 temos a discussão e aprovação da Participação do Município no IRS para o ano de 2026, também. No ponto 2.9 a discussão e aprovação da fixação das taxas de IMI. No ponto 2.10, a eleição de 2 Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa de Florestas contra incêndios. No ponto 2.11, a eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal. No ponto 2.12, a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil. No ponto 2.13, a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses. No 2.14, designação de três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para a integração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

Portanto, esta é a Agenda que temos da Ordem de Trabalhos do Dia. Como vêem, esta Agenda é exigente e por isso vamos tentar ser o mais simples e mais prático possíveis. Eu peço também a todos os Senhores Deputados para que a sessão decorra da melhor maneira.

Então, passamos à questão da discussão e aprovação das atas. Na discussão das atas, portanto, temos aqui a primeira, que é a da sessão ordinária de 27 de junho de 2025. Naturalmente, a maior parte, julgo eu que uma parte dos Senhores que estamos hoje, não estivemos presentes. Portanto, mas têm que ser votadas. Os Senhores receberam a ata. Eu pergunto: Alguém se quer pronunciar sobre a sessão ordinária de 27 de junho de 2025, sobre a ata?

Se ninguém tem nada a dizer sobre este ponto: Quem vota contra a ata? Quem se abstém? Vamos contar. Portanto, aprovada com 18 abstenções dos Senhores Deputados Municipais que não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere e 10 votos a favor.

Passamos, de imediato, à ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2025. Pergunto: Algum dos Senhores quer usar a palavra sobre a ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovada com 22 abstenções dos Senhores Deputados Municipais que não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere e 6 votos a favor.

Sobre a Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 8968, datado de 16 de outubro de 2025, da Câmara Municipal de Nelas – Envio da Listagem dos novos Eleitos para o Quadriénio 2025-2029;

- Ofício-Circular n.º 55/MJL, datado de 31 de outubro de 2025, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – XXVII Congresso da ANMP – Convocatória, Programa e Regulamento;

- Ofício, datado de 03 de dezembro de 2025, da Sede Nacional do Partido Socialista, de Lisboa – Proposta que estabelece os prazos máximos de pagamento às Autarquias Locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado;

- E-mail, datado de 12 de dezembro de 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Pedido de designação de três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada daquela CPCJ;

- Ofício n.º 11879, datado de 15 de dezembro de 2025, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 22 de dezembro de 2025.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 09/2025, datado de 29 de setembro de 2025, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de setembro de 2025;

Ofício, datado de 17 de outubro de 2025, enviado a todos os novos Eleitos para o Quadriénio 2025-2029, convocando-os para a tomada de posse às 15:00 horas do dia 03 de novembro 2025;

- E-mail, datado de 04 de novembro de 2025, enviado à CIM Viseu Dão Lafões, enviando os dados disponíveis solicitados dos dados dos Representantes da Assembleia Municipal à Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;

- Ofício n.º 10/2025, datado de 12 de dezembro de 2025, enviado a todos os Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão ordinária, marcada para o dia 22 de dezembro de 2025, pelas 21:00 horas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Expediente que eu julgo também que os Senhores devem ter recebido da parte dos Serviços, não querendo maçar, mas qualquer das maneiras, eu leio. Recebemos ofícios da Câmara Municipal de Nelas: Envio da Listagem dos novos Eleitos para o Quadriénio 2025-2029; Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 26 de setembro de 2025; Um Ofício-Circular para a Convocatória do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Um Ofício da Sede Nacional do Partido Socialista, de Lisboa, com uma proposta que estabelece os prazos máximos de pagamento às Autarquias Locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado; Um E-mail, datado de 12 de dezembro de 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas a pedir a designação de três Membros da Assembleia Municipal, que faz parte da Agenda de hoje. E um também da Câmara Municipal de Nelas a pedir a inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 22 de dezembro de 2025.

Foram enviados, também: Dar conhecimento ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de setembro de 2025; Um Ofício, datado de 17 de outubro de 2025, enviado a todos os novos Eleitos para o Quadriénio 2025-2029, para a Tomada de Posse; Um E-mail, enviado em 04 de novembro de 2025, para a CIM Viseu Dão Lafões, enviando os dados disponíveis solicitados dos dados dos Representantes da Assembleia Municipal à Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que foram eleitos e designados na Assembleia de Instalação. E também um Ofício enviado a todos os Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão ordinária de hoje.

A seguir, portanto, terminado esta parte do Experiente, eu não sei se alguém tem alguma coisa a questionar sobre isso, Senhor Presidente, faz favor. Ainda estamos na parte do Expediente.

Portanto, terminada a questão do Expediente, passaríamos aos Assuntos diversos da Ordem do Dia com interesse para o Município - Informações, pedidos de esclarecimento, recomendações, etc. Eu aproveitava, nesta altura e se a Assembleia me permitisse, depois inscrever-se-iam os Senhores Deputados que, assim, o entenderem, no Período de Antes da Ordem do Dia e uma vez que houve aqui, na questão, durante este período, para além do Expediente, também queria comunicar-vos que a Assembleia Municipal, obviamente, ainda mais neste período festivo, fui convidado para vários Eventos, obviamente de Natal e que é comum nesta altura, onde a Assembleia Municipal se fez representar dentro das possibilidades físicas de poder estar.

Às vezes não se consegue estar em todo o lado, mas tentámos estar em alguns Eventos, como os Bombeiros de Nelas, como os Veteranos. Enfim, várias solicitações dentro das nossas possibilidades em que estivemos presentes.

Também queria dizer-vos, da minha parte, enquanto Presidente da Assembleia, que representei o Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios, que decorreu em Viana do Castelo, no passado fim-de-semana, portanto, entre 13 e 14. E que gostava de vos deixar algumas notas porque eu acho que seriam importantes a reter esta informação. Informação

também que se os Senhores Deputados assim o entenderem, poderá ser enviada pelos Serviços. Portanto, há bastante informação que foi veiculada. Houve novas eleições para os novos Órgãos da Associação Nacional de Municípios, onde foram discutidos vários temas bastante importantes e que são caros ao Poder Local e também a Nelas, ao nosso Município, em que, como dizia, foram eleitos, como novo Presidente, o Senhor Presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão, que substituiu, neste caso, a Senhora Presidente da Câmara de Matosinhos, Luísa Salgueiro, que, entretanto, passou para Presidente da Mesa do Congresso.

Também, de referenciar e de notar, que o Município de Nelas se faz representar nos Órgãos Nacionais da Associação Nacional de Municípios, neste caso pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Amaral, a quem felicito pela eleição, faz parte do Conselho Geral, Órgão Consultivo do Conselho Diretivo e que reúne entre Congressos. Foi eleito e representa o Município de Nelas. Julgo que também é importante para nós estarmos próximos do Fórum de discussão onde estão representados os 305 municípios do País.

Aproveito também, já agora, felicitar o Senhor Presidente da Câmara, que entretanto, também foi eleito Vice-Presidente da ADD, neste período em que Nelas, de facto, continua a ter uma posição privilegiada junto de Órgãos de tão grande importância para os apoios que existem no nosso território.

Depois, para vos dizer que, em termos daquilo que mais se discutiu no Congresso e que seria relevante no fundo, para não vos estar a maçar com muitas coisas. Há um documento que é apenas a Resolução que foi, foi votado no final, a Resolução das várias temáticas que foram discutidas. Eu ressaltaria aqui, 2, ou 3 situações que para mim, me parecem importantes, dar-vos conhecimento.

A primeira, que, também, quem acompanha estas coisas sabe que mesmo os maiores Partidos na Assembleia da República, ou, tradicionalmente, também no Poder Autárquico, têm dado entrada de a possibilidade de se vir alterar o Sistema de Eleição nas próximas eleições autárquicas. É uma discussão já muito antiga. Há várias posições. Voltaram a ser discutidas. Há quem defenda vários modelos, mas, no fundo, todas vão num sentido que é, acho que a grande discussão é a forma como se chegaria lá. Mas, basicamente, o que está subjacente é permitir que os Executivos, que cada vez mais têm sofrido fragmentações a nível nacional, possam ter uma estabilidade e previsibilidade de governação. Ou seja, em que quem ganha governa, neste caso, depois há modelos que divergem. Pode haver estar aqui a discussão, um, ou vários partidos. Há quem defenda uma coisa e outra. Há quem ache que o Presidente da Câmara deve passar e continuar a ser a pessoa principal, digamos, da eleição, em vez de ir buscar à Assembleia, a uma Assembleia Municipal, mas que se continue a votar, diretamente, para se dar poder a um Presidente de Câmara.

Por exemplo, essa é uma das grandes discussões que se faz quanto ao método. Mas, no fundo e não querendo aqui alongar-me sobre isso, porque isso é uma outra discussão que irá para o Parlamento.

Obviamente, aquilo que, das intervenções, no Congresso foram vertidas, no fundo, a intenção e a ideia, independentemente da área política, de onde é transversal um pouco é a preocupação de haver governabilidade e previsibilidade que as populações também desejam em que um Executivo, sendo votado, ou seja, de um Partido e que faça o seu trabalho, havendo depois reforços de Fiscalização, neste caso, o Órgão da Assembleia Municipal, que seria também reforçado em termos dos seus poderes. Portanto, essa discussão esteve presente também.

Depois, vai haver, aí o Senhor Primeiro-Ministro, no encerramento, comprometeu-se, tem um compromisso público de que irá haver uma nova Lei de Finanças Locais. Isso também é

estrutural e vai ser estruturante para os próximos anos para o Poder Local. Essa nova Lei de Bases, de financiamento, vai alterar, até porque irá aos impostos, não é um aumento de Despesa da parte das Câmaras. Um aumento de impostos é a forma como será distribuído, dos impostos que são cobrados, uma nova Lei de Finanças Locais mais adequada àquilo que são os desafios que hoje as Autarquias têm.

Foi muito discutido e também é transversal, que a transferência de competências que foi feita na área da Saúde e da Educação é um problema que atinge todas as Câmaras do País em que os Governos, desde que foram assinados Protocolos de transferências e que foram transferidas as competências, em que toda a gente está muito satisfeita, que as Câmaras são entidades bastante responsáveis na forma como estão a gerir todo este dossiê. Mas o que é facto é que o pacote financeiro, o envelope financeiro, não acompanhou as responsabilidades que foram delegadas nas Autarquias.

Também Nelas não escapa a isto. Da informação que eu tenho, mas o Senhor Presidente da Câmara poderá, melhor do que eu, sobre isso falar. Já vamos numa situação de cerca de 1.8 milhões de euros de valores que a Autarquia, neste momento, tem em crédito contingente, no fundo, do Governo, porque está a pagar as Despesas de Funcionários e que não lhes são transferidas depois e que respeitariam ao Governo. Isto é transversal ao País todo. Há uma Comissão de Acompanhamento criada para poder resolver tudo isto. E, digamos que este pacote de delegação de competências da Saúde e da Educação, espera-se que, a breve prazo, seja resolvido e no fundo, equilibrado. Depois, também com a sustentabilidade, com a questão, as taxas de resíduos, algo que também foi falado.

Outra questão também muito importante para 2 alterações que são bastante importantes e que é Estatuto dos Eleitos Locais. Duas situações aqui. Uma em que também se pede ao Poder Central, ao Poder, descentralização, mas que as Câmaras passem a ser auditadas, ou acompanhadas em termos de expressão por apenas uma entidade específica, um órgão específico criado com know-how e conhecimento para esse acompanhamento, em vez de serem acompanhadas e fiscalizadas por várias entidades ao mesmo tempo. Isso foi algo que foi reclamado e que também parece que vai ter um desfecho favorável.

Mas a questão do Estatuto dos Eleitos Locais, face às novas responsabilidades, face, realmente, às exigências que são feitas hoje em dia, também está em cima da Mesa, a par das Carreiras da Administração Local, que é algo também que toda a gente reclama. Que não consegue segurar Quadros, sobretudo as Câmaras do Interior, que é o nosso caso até, em que cada vez é mais difícil segurar Quadros no Interior para trabalharem na Administração Pública com as bases de vencimento e de incentivos que a carreira da Administração Pública hoje em dia tem.

Isso é algo que vai ter que ser alterado, sob pena de, permanentemente, os Quadros, ou os melhores Quadros, ou os melhores não quererem vir para as Autarquias trabalhar. E, obviamente, com as consequências negativas que isso tem para poder executar cada vez tarefas mais complexas que são exigidas aos Municípios.

Portanto, isto foi, no fundo, basicamente, aquilo que saiu das Conclusões, passando também pela questão da necessidade de revisitar a questão da habitação, que é fundamental no País. Mas também, as Câmaras sem dinheiro e sem ferramentas para o poderem fazer, não vão conseguir ajudar a resolver o problema.

Basicamente, também do que se falou muito é que o Poder Local é a maior conquista que temos do pós 25 de Abril, porque se Portugal se desenvolveu e evoluiu, hoje, reconhecidamente, por todos, foi porque quem executou as políticas de proximidade foi o Poder Local, sobretudo, num País centralista, com a tradição centralista que nós temos.

Por isso, para o ano, em 2026, vão ser 50 anos, se possa celebrar os 50 anos de Poder Local. Foi o primeiro ano em que houve eleições autárquicas em dezembro de 1976. Portanto, durante todo o próximo ano há as comemorações dos 50 anos de Poder Local. E, eu, desde já queria sugerir à Assembleia, e colocar à vossa consideração, que acho, extremamente, importante que também em Nelas e por proposta da Assembleia, em sede, portanto, com o Patrocínio da Presidência da Assembleia e com uma Comissão que eu julgo que era importantíssimo podermos criar aqui para que, durante o ano de 2026, também em Nelas pudéssemos celebrar os 50 anos de Poder Local.

Portanto, convidava os Senhores Deputados a acompanharem a Mesa neste desejo que, julgo ser, extremamente, importante. Acho que deveríamos, durante o ano de 2026, uma questão de calendarizar alguns Eventos em que até para mostrar às Gerações e não só, para comemorarmos, Nelas também teve o desenvolvimento que teve durante 50 anos. Devido aos seus Protagonistas que devem têm todo o seu lugar na História devemos ter Memória para futuro.

Portanto, eu acho, na minha opinião, sugiro, desde logo que uma Comissão destas com uma Brochura Ilustrativa que abrangesse todo esse período e ficasse para a História. São 50 anos, no fundo, de História do nosso Concelho. E, para isso era preciso, uma Comissão de Acompanhamento em que definíssemos os Eventos importantes, a forma como equacionar.

Convido o Senhor Presidente da Câmara, obviamente, a encontrar nos Cofres da Autarquia, alguma verba que nos ajude, a patrocinar esta, acho, esta nossa obrigação até com a Memória, com todos os que antes de nós nos antecederam o trabalho que fizeram pelo Município. Portanto, deixo ficar-vos com isto.

A Comissão, se quisermos, ou reunimos e discutimos a seguir, ou passamos para o Programa da Ordem do Dia. Dou-vos a palavra a quem se quiser inscrever para falar. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Miguel, Senhor Rui Costa. Ok, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

Obrigado. Então muito boa noite a todas e a todos. É um gosto tê-los aqui também nesta segunda reunião da Assembleia que se deve considerar com o formalismo da primeira. Naturalmente, agora, com uma Ordem de trabalhos, mais ela que retrata o que é o espírito do que acontece no nosso Município.

Posto isto, naturalmente, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como as Senhoras Secretárias que o acompanham, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhora e Senhores Presidentes de Freguesias e União de Freguesias, Estimado Público, Caro Colaborador.

Só 3, ou 4 notas, para dizer algumas questões que já foram aprovadas em reunião de Câmara no hiato temporal desde a Tomada de Posse até agora que queríamos partilhar convosco.

Estamos a falar de assuntos consensualizados na Autarquia com proposta por todos os Senhores Vereadores da Câmara. Entre elas, muitas questões que a todos nos regozija. Desde logo, o facto do nosso Cristiano Pereira se ter sagrado Bicampeão do Mundo e, naturalmente, um Voto de Louvor de Agradecimento e Reconhecimento que foi feito ao Cristiano Pereira pela conquista do título de Campeão do Mundo no pretérito dia 29 de novembro, em Arenzano, Itália, com o Campeonato Mundial de Corta-Mato Virtus, distância longa, sagrando-se, desta maneira, Bicampeão do Mundo. Fizemos uma Moção, que foi tornada pública, por unanimidade.e, portanto, queríamos dar conhecimento desse Reconhecimento, feito pela Autarquia, pela Câmara Municipal, ao Atleta Cristiano Pereira, que ele próprio, já um Embaixador também do Coração do Dão.

A outra também à Camila Gomes Loureiro, uma Jovem Campeã do Mundo de Dança. Naturalmente que vocês todos acompanham. Este é o conhecimento que tenho. Mas, naturalmente, tem que ficar registado também nas atas a forma como o Município agradece e estou em crer que as Bancadas da Assembleia Municipal se associam, como nos associámos todos em Reunião de Câmara. Portanto, esta nossa Jovem Munícipe, natural do nosso Concelho, conquistou o título de Campeã do Mundo de Dança no World, realizado em Orlando, nos Estados Unidos, integrando a Equipa Swat Jim e Camila, que contribuiu para a obtenção de 2 resultados em destaque, o primeiro lugar em Mega Crew Dance e o segundo lugar em Versity, elevando o nome de Portugal e, também, naturalmente, do nosso Concelho, em particular, além-fronteiras. Não vos vou ler a Moção na íntegra porque a Moção foi tornada pública.

É só para deixarmos também 3, ou 4 apontamentos sobre o Período do que foram as Campanhas do Mercado de Natal e as Campanhas de Solidariedade, como Pedalar para Ajudar. Conseguimos apoiar 30 famílias com o apoio das empresas, da Pear Power, da Borgstena, da Enernel e da Officelan e muitos os que estão aqui contribuíram com a pedalar por uma causa solidária.

Dizer-vos também que houve e ainda está a decorrer uma Campanha do Compra Local na Economia Local, que visa também ativar o nosso comércio local e injetar fundos, nossos, particulares, mas também de apoio da Câmara, no que é o nosso comércio tradicional. O mesmo sucedeu com os Artesãos, com os Produtores, com os Produtos Endógenos e com o envolvimento, naturalmente, da Comunidade Escolar e da População Sénior. Grosso modo, era isto.

Também uma palavra de apreço aos Mercados de Santar, Vilar Seco e Canas de Senhorim. Dizer-vos também que também houve uma felicitação ao Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim pela iniciativa solidária a favor da Ucrânia. Assim como à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim pela conquista do Prémio BPI Fundação La Caixa 2025, que é uma das mais prestigiadas distinções nacionais da Área Social. E, portanto, que esta distinção, naturalmente, que enche de orgulho todo o Município e todo o Concelho por esta conquista alcançada.

Dar-vos 2 apontamentos finais: Um, sobre a Bolsa de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município de Nelas, que se aplica não somente às Licenciaturas e Mestrados, mas também CTeSP, que são graus do Ensino Superior, pós 12.º ano, Nível 5, que não conferem grau, mas conferem Diploma e também permitem adquirir créditos para a prossecução de Estudos no Ensino Superior, mais concretamente, nas Licenciaturas. Dizer que tivemos 92 candidaturas, bem acima das expectativas iniciais. E, dizer, naturalmente, que o Júri agora irá proceder ao escrutínio para a atribuição das Bolsas de Estudo.

Dizer-lhes também que está a decorrer, os Senhores Responsáveis dos Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal foram contactados para essa questão, quer do Orçamento Participativo, quer do Orçamento Participativo Jovem.

Dizer-vos ainda que os Eventos Gastronómicos À Mesa Coração do Dão, nós temos métricas que nos permitem atestar o grande impacto que tiveram, nomeadamente, na hotelaria, na restauração e no comércio local. Em particular, dizer que as taxas de ocupação de hotelaria estiveram acima dos 90% e que a restauração encheu e a gastronomia começou na sexta-feira e no sábado à noite, já há poucos eram os que serviam. Portanto, haverá mais Eventos ao longo do próximo ano. São 3 eventos que fazemos por ano, que estão agendados já. E um deles tem a ver com a Memória de Emoções que nos vai reportar ao que era a gastronomia que era feita do nosso território, que nos diferenciava e que tem a ver com o papel ancestral e com a nossa cultura e tradição.

Termino esta parte, dizendo que é um assunto do domínio público, pelo menos para fazer só esse ponto. Houve um incidente de dimensão significativa que ocorreu há, sensivelmente, 2 horas na Unidade de Saúde Familiar Estrela do Dão, onde 3 Auxiliares, uma Assistente Operacional, Funcionária da Câmara, 2 Auxiliares Técnicas, Funcionárias da ULS, mas, independentemente, do grau de funcionamento, não interessa se são da Câmara ou se são da ULS. São Funcionárias. São Mulheres. E, aqui a distinção é para percebermos também a bárbara agressão que foi perpetrada por um indivíduo sexo masculino e que fosse do sexo feminino, do género feminino, desculpem. É inconcebível e mais inconcebível se torna, particularmente, pela ignomínia do ato que foi perpetrado.

Dizer-vos que o Município está a acompanhar e acompanhou as 3 Funcionárias, que se encontram hospitalizadas. Não estão, naturalmente, em nenhum Cuidado Especial. Mas foram agredidas e agredidas de uma forma suez como eu já tinha dito. Dar-vos essa nota, porque é importante que também a tenhamos, porque naturalmente poderá haver a partir daqui várias comunicações para termos o que é a visão oficial. Foi um Munícipe que entrou no Centro de Saúde, além de uma consulta, alegadamente, não marcada, resolveu descarregar o que é a sua fúria nas Funcionárias que se solidarizaram umas com as outras e depois aconteceu o que aconteceu.

Dizer-vos também que está agendada para amanhã, já houve Participação, naturalmente, sobre isto à Guarda Nacional Republicana. E a Câmara Municipal de Nelas vai fazer queixa-crime contra o indivíduo que perpetrou estes atos bárbaros contra 3 Funcionárias da Saúde no território, independentemente de quem ele seja. Queria deixar-vos esta nota, sem grande alarme, mas para haver um conhecimento oficial do que aconteceu e para ficarem com essa com essa noção também. Senhor Presidente, obrigado pela atenção que me concedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente, a Assembleia solidariza-se e com preocupação e esperamos que as Auxiliares tenham uma rápida recuperação e que, de facto, a pessoa em causa venha a ser tratado como deve, neste caso. Passo a palavra ao Senhor Deputado Miguel. Senhor Deputado Miguel, por favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Não tem nada a ver. É só o seguinte: Eu não quis interromper porque o Senhor Presidente estava a falar e bem, mas acho que ultrapassou-se aqui, houve aqui uma ultrapassagem, porque aquilo que o Senhor Presidente disse e bem devia estar no Período da Ordem do Dia, na Informação do Senhor Presidente das informações sobre a atividade municipal, depois no Período. Estamos no Período de Antes da Ordem do Dia. É só uma questão formal de, para a próxima. Não, é porque, depois, em termos regimentais, o Período de Antes da Ordem do Dia tem um determinado tempo. Ok. Não é? Eu estou a dizer para o futuro. Não estou a criticar. Só estou a levantar o problema de, por isso é que é um ponto de ordem, não é nada. Não estou a criticar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. Senhor Deputado Miguel.

O Senhor Deputado Miguel Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Santos. Começo por cumprimentá-lo a si e aos restantes Membros da Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Doutor Joaquim Amaral, Senhoras e Senhores Vereadores, Ilustres Deputados à Assembleia Municipal, Estimado Público, Caros Munícipes.

Permitam-me, então, começar esta minha intervenção por recordar algo que parece ser um facto simples e objetivo para uns e, ao mesmo tempo, algo, surpreendentemente, difícil de aceitar para outros.

No passado dia 12 de outubro o vencedor das eleições foi o PSD. Não venceu, mais ou menos, não venceu com ajuda de e não venceu por acaso. Venceu com clareza, com legitimidade e venceu porque os Munícipes quiseram continuidade, responsabilidade e estabilidade.

Faço, assim, ainda notar que o PSD sozinho, no Concelho de Nelas, não ganhava as eleições há 40 anos. E acaba por sair destas eleições com a sua posição reforçada porque aumentámos a nossa confiança junto do Povo e mostrámos que o nosso Projeto continua a ser o preferido de todos, da Maioria, vá, dos Cidadãos.

No entanto e isso também tem de ser dito, perdemos a maioria absoluta e a verdade é que a democracia tem destas ironias. E é aqui que começa o problema político que hoje enfrentamos, porque, se há uma ironia ainda maior é que quem perdeu, comporta-se como se tivesse ganho e quem ganhou é que tem de ouvir sermões sobre humildade, diálogo e equilíbrio.

É importante que todos nesta sala e friso todos, compreendam o essencial: Quem ganha é quem governa. É assim na Democracia. É assim em Portugal. E é assim em Nelas. Aliás, era, assim, em Nelas.

Entretanto, o Partido Socialista descobriu uma nova teoria política, a teoria do perdi, logo mando, que nos vem mostrar aquela espécie de filosofia pós-moderna da derrota vitoriosa. E o CDS, que nem sequer conseguiu apresentar listas à Assembleia Municipal, decidiu juntar-se ao PS para compensar no pós-eleições aquilo que não conseguiu nas urnas. E é na minha ótica, deveras interessante, profundamente antidemocrático. Mas não deixa de ser interessante.

Senhoras e Senhores, sejamos sérios. Quem tem o mandato Executivo é o PSD. A Oposição terá, naturalmente, o seu papel. Mas o que não pode existir é um Governo paralelo, um Governo Sombra, montado por quem perdeu, porque o papel da Oposição não é mandar. Não é bloquear e, certamente, não é tentar transformar a sua derrota numa espécie de vitória moral.

E volto a enfatizar: O papel da Oposição não é governar por procuração. O papel da Oposição é fiscalizar, propor e contribuir, porque a Democracia, Senhoras e Senhores, não funciona assim. O voto popular não funciona da maneira como vocês querem. E o Concelho de Nelas não pode ser refém de quem perdeu estas eleições. E o Partido Socialista, em particular, parece ser dificuldade em aceitar que o tempo da Campanha já acabou, que o tempo das frases feitas já acabou.

E aquilo que temos assistido, nos últimos tempos, são discursos inflamados. Tentativas de reescrever resultados. E tem sido o PS a explicar aos Nelenses que o PSD deve governar, mas só se fizer, exatamente, aquilo que PS quer. Que o PSD tem legitimidade para governar, mas só se usar com moderação, quase com vergonha. E que o PSD ganhou, mas que é PS quem deve decidir o ritmo, o tom e, se possível, até o conteúdo. E temos visto nos Comunicados um PS que diz querer diálogo, mas que depois começa por bloquear. Um PS que diz querer cooperação, mas começa por travar competências essenciais.

Diz que quer estabilidade, mas depois junta-se ao CDS para criar instabilidade. Isto não é diálogo. Isto não é responsabilidade. Isto não é cooperação. Isto é política pequena e é da mais pequena que há. E convém recordar aos Munícipes aquilo que aconteceu. Logo na primeira reunião do Executivo o PS e o CDS uniram-se para impedir que a Câmara mantivesse a estrutura mínima necessária para funcionar com eficácia.

Logo na primeira reunião bloquearam competências essenciais para a gestão diária do Município. E logo na primeira reunião criaram instabilidade, onde o Povo pediu estabilidade. Na segunda reunião, pasme-se, foi, exatamente, a mesma coisa. O PS e o CDS têm de aceitar que agora é um tipo de trabalho e que este Executivo tem de ter condições para trabalhar. O PSD está

aqui para governar. E o PS e o CDS estão aqui para fiscalizar. E cada um deve saber ocupar o seu lugar.

Quanto à Oposição, quer o PS, quer o CDS, têm de perceber uma coisa muito simples: Nós não estamos aqui para vos pedir licença para governar. Nós estamos aqui para cumprir o mandato que o Povo nos deu. E quem diz que quer o melhor para Nelas têm de o provar. E provar não é fazer Comunicados inflamados. Não é criar obstáculos. Provar não é tentar mandar onde, efetivamente, não manda.

E, claro, que a Oposição tem todo o direito de discordar. Mas não tem o direito de impedir que o Concelho avance. E, por favor, não confundam o vosso papel com o papel que o Povo atribuiu ao PSD. E, aos Munícipes, eu deixo-vos uma garantia: O PSD governará com estabilidade, seriedade e com resultados. O PSD não se vai desviar do caminho que vos prometeu. Não será a instabilidade artificial criada pela Coligação PS-CDS que nos fará recuar porque Nelas merece estabilidade e não merece jogos partidários. Merece progresso, progresso e não merece bloqueios e merece responsabilidade e não merece teatro político.

E para aqueles que ainda vivem presos à fase da negação, deixo um aviso claro: O PSD não vai governar ao sabor de chantagens políticas. Não governará condicionado por quem não tem mandato para governar e não deixará que o Concelho seja prejudicado por jogos partidários.

Excelentíssimos Deputados e Vereadores da Oposição: O Povo falou e falou 2 vezes. E em 2025 reforçou o PSD e retirou-vos a legitimidade para governar. Como dizia o antigo Secretário-Geral do Partido Socialista: Habituem-se e habituem-se porque o Concelho não pode esperar e os Munícipes não podem esperar. E agradeço ainda aos Munícipes de Nelas porque sois vós os Responsáveis pelos destinos do nosso Nobre Concelho por mais 4 anos.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Borges

O Senhor Deputado Pedro Borges:

- Muito boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas e na sua pessoa, os elementos da Mesa, as Senhoras Secretárias, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, as Senhoras Deputadas Municipais, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, os Senhores Funcionários da Autarquia e o Excelentíssimo Público.

Os resultados eleitorais de 12 de outubro no Concelho de Nelas abriram um tempo novo na vida política local. Um tempo que exige, de todos nós, maturidade democrática, respeito pelos eleitores e leitura atenta da realidade que saiu das urnas. Os números são os números. São consultáveis e não vou voltar a eles. Vou focar-me em alguns considerandos.

Pela primeira vez na História Democrática do Concelho de Nelas assistimos a um facto inédito e politicamente, relevante. Um Executivo Municipal que, apesar de se manter em funções, perdeu força política do primeiro para o segundo mandato, deixando de expor da maioria que, anteriormente, detinha. Esta realidade rompe com uma tradição enraizada em Nelas, onde a continuidade no poder tendia a reforçar e não a enfraquecer a base de apoio político do Executivo.

Mais ainda: Este novo Ciclo Político fica também marcado por outra situação sem precedentes. Pela primeira vez, existe um partido com representação na Câmara Municipal, que não se encontra representado na Assembleia Municipal. Este dado, só por si, merece a reflexão, pois altera o equilíbrio institucional, interpela a todos os Órgãos Autárquicos num exercício interpretativo, acrescido de diálogo e de responsabilidade. Registaram-se 882 votos nulos para a

Assembleia Municipal. Um valor expressivo e, politicamente, significativo, pois que até é bem superior à votação somada das duas outras forças políticas, para além do PSD e do PS.

Este dado não pode ser ignorado. Embora enigmático, podemos inferir para que lado, recaíram estes votos. E, assim sendo, esta Assembleia podia ter, certamente, outra configuração. Recomenda-se, pois, para além de respeito pelos resultados eleitorais, respeito pelas outras Forças Políticas e também a adoção de menos soberba, maior modéstia e cordialidade institucional.

Este é, portanto, um tempo que impõe uma nova forma de fazer política, respeitando os resultados eleitorais, reconhecendo a correlação de forças, assumindo também que apenas 42% do eleitorado sustenta o atual Executivo Municipal, enquanto que o resto do eleitorado se posiciona na Oposição. A legitimidade democrática do Executivo é plena, mas não é absoluta, nem maioritária.

Governa-se, hoje, em Nelas, num contexto de minoria política, o que exige abertura, humildade institucional e capacidade de compromisso. Chega de vitimização. A Oposição, por sua vez, tem também uma responsabilidade acrescida: Fiscalizar, propor e contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento do Concelho em todos os Órgãos onde tem assento, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, seja nas Assembleias de Freguesia.

Este novo Ciclo não deve ser visto como um problema, mas como uma oportunidade para elevar o debate político, fortalecer a Democracia local e aproximar as decisões dos Cidadãos.

Só com respeito mútuo, só com diálogo sério e leitura honesta da vontade popular, será possível corresponder às expectativas dos Nelenses. Nelas mudou. A política local tem agora de estar à altura dessa mudança. Disse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Estimado Público.

Eu, depois destas intervenções, tenho algumas considerações a fazer, principalmente quanto à parte das obrigações dos Deputados Municipais. Os Deputados Municipais têm a obrigação de fiscalizar, como bem disse o meu antecessor. Mas também têm a obrigação de participar naquilo que são eleitos.

Ora, vejamos: Esta é uma Assembleia onde a antecessora Assembleia foi precedida de uma eleição de Deputados Municipais que tinham que integrar uma Organização que se chama CIM, Comunidade Intermunicipal. Ou seja, uma Comunidade Intermunicipal é algo que, transcende este espaço. E. então, na altura, tentou-se fazer aqui algo de uma eleição em lista conjunta, que contrariou o Partido Socialista, que digo-vos já, anteriormente e isto tem que ser dito, combinou com o Partido Social Democrata que poderia fazer uma lista conjunta.

Chegou aqui. Nada disso, Ok. Tudo bem. Vamos a eleições. Vamos a eleições. E, então, são eleitos 4 Deputados Municipais desta Assembleia Municipal, da Câmara Municipal de Nelas, para irem representar o Município na Comunidade Intermunicipal.

Vejamos o sucedido: Foram eleitos 2 Deputados do PSD, eu próprio e o Senhor Daniel Marialva e 2 do Partido Socialista: A Senhora Deputada Ana Mafalda e o Senhor Deputado Pedro Borges, que, inclusivamente, é Líder do PSD Local de Nelas, do PS, desculpem. Obrigado, Senhor Presidente.

Vejamos: Primeira reunião, onde é eleita a Mesa da Assembleia. Tomada de Posse, falha de 3 Elementos Deputados Municipais, um dos quais de Nelas. Ok. Tudo bem. Estamos ali e a

primeira eleição, tomada de posse, falhou. Ok. Vamos à segunda reunião da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em Viseu. Tomaram posse todos os Senhores Deputados, à exceção de um. E vocês perguntam: Quem? Vejamos: eu ali, numa reunião onde há 14 Municípios, eu quase que tenho vergonha de dizer: O Município de Nelas não toma posse.

O Senhor Deputado Pedro Borges, novamente, falha. Ou seja, eu proponho a esta Assembleia e que ele venha aqui acima assumir isto, que não tem condições para estar numa Comunidade Intermunicipal. Isto é assim: Fiscalização, tanto é da Oposição, como é do Poder. Eu tenho que vos informar que, infelizmente, Nelas, Nelas, em 14 Municípios da Comunidade Intermunicipal, fica mal vista quando o Senhor Secretário anuncia Nelas, novamente, não está, na figura do Senhor Presidente da Comissão Política do PS, daquela pessoa que veio aqui dizer que queria fiscalizar. Mas como é que ele tem condições para fiscalizar alguma coisa quando falta, quando falta e não assume? Ainda, por cima, não assume o seu lugar na Comunidade, porque ele representa-nos.

Atenção, aqui há outra coisa: Ele está a representar Nelas. Não está a representar o Partido Socialista. Está a representar Nelas. Se calhar nalgumas votações que foram lá feitas faltava o voto dessa pessoa.

Ou seja, como é que nós, como é que nós elegemos uma pessoa para nos representar desta forma? Deixa a consideração da Assembleia, tal facto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Deputado Rui Costa. O Senhor Deputado Pedro Borges tinha pedido a palavra. Não, Senhora Deputada Mafalda Lopes, primeiro. Não sei. Senhora Deputada Mafalda Lopes.

A Senhora Deputada Mafalda Lopes:

- Olá, boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara. Na vossa pessoa, cumprimento toda a Mesa, Senhores Vereadores, Elementos da Assembleia Municipal, Estimado Público.

Senhor Deputado Rui Costa, gostei muito de ouvir a sua intervenção. Tenho tanta pena que não tenha sabido o motivo a tempo para não fazer a figura que fez, porque o Senhor Deputado Pedro Borges, na primeira reunião da Assembleia Intermunicipal, estava em plena cirurgia. Certo? Faltou, justificadamente. Eu estive. Na segunda, ainda estava no cumprimento do seu Atestado Médico, não podia sair de casa e deslocar-se. Por isso não esteve presente.

Como não tinha tomado posse na primeira reunião, não pôde ser substituído na segunda. E foi só por isso que não esteve presente. Portanto, talvez informar-se do motivo que o levou a não estar presente. Mas também lhe digo que é muito grave, do meu ponto de vista, estar, marcar presente, estar 10 minutos e depois não estar do princípio ao fim de uma reunião. Também acho que isso é grave e não representa bem o Concelho de Nelas. Do meu ponto de vista, Senhor Deputado. Eu estive lá do princípio ao fim. Estive, estive do princípio ao fim, numa, quer em Tondela, que não estive à mesma hora que eu estive, quer em Viseu, em que eu fiquei cá fora a falar com o Senhor Presidente de uma Câmara Municipal e que depois entrei. E, curiosamente, fui para a Bancada diferente onde estava o Elemento, o Senhor Deputado Daniel Marialva e o Senhor Deputado Rui Costa. E, afinal, estavam sentados na Bancada do Partido Socialista e eu fui para a vossa porque vocês me confundiram. Vocês os dois, pronto. Isto para esclarecer aqui o nosso, a falta do nosso Líder da Bancada. Sim, nós sabemos. Era isto que eu queria esclarecer em relação, portanto, à ausência do Senhor Deputado Pedro Borges na Assembleia da Comunidade Intermunicipal.

Em relação ao Senhor Deputado Miguel Santos, eu gostava só de dizer que foi um gosto conhecê-lo, de ver assim aqui a sua o seu desempenho político. Fez-me assim lembrar um bocadinho Camilo Castelo Branco, quando faz algumas referências. E, realmente, estamos num tempo novo, porque cada vez mais o Eleitorado estará mais partilhado, até porque nós estamos todos muito zangados. Eu também estou. Muito zangados, muitas vezes, com os Políticos que nos representam noutros Órgãos. Também devia estar com os seus. Não é só eu com os meus, porque nem todos são. Mas, vê-lo aqui falar com aquela prosápia de quem tem 30, ou 40 anos de política foi interessante para mim. Gostei imenso. E é promissor e é promissor. Pronto.

Já que estou aqui e que estou no Período de Antes da Ordem do Dia e hoje até puxaram aqui por uma situação de quem bloqueia quem. Eu não sei se está informado mesmo de quem bloqueia quem. Tem a certeza? É porque foram feitas perguntas ao Senhor Presidente Dr. Joaquim Amaral. E, ele está aqui, pode responder tão bem quanto eu. E que não respondeu nessa reunião.

E, nessa própria reunião, se tivesse respondido à primeira pergunta que lhe foi colocada, a Senhora Dr.ª Elsa Loureiro era Vereadora desde a primeira reunião. E só não é, mas eu até lhe posso, agora não tenho aqui, mas vou abrir o computador, posso-lhe dizer qual foi a pergunta e qual não respondeu.

E na reunião seguinte voltou a responder da mesma forma: Eu não vou gastar mais no Orçamento do que gastei no mandato anterior. Mas isto não é quantificável e não diz nada. Números são números e não são respostas filosóficas que respondem a um número.

Números são números. Contabilidade é Contabilidade. E responde-se àquilo que se pergunta. Não se faz um enredo. E, se tivesse respondido, eu lamento muito, até porque o Partido Socialista não bloqueou e eu vou-lhe explicar porquê: Porque o Partido Socialista faria, exatamente, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fez: Proporia o seu Segundo Vereador.

E, por uma questão de não fazermos aos outros aquilo que não queríamos que nos fizessem a nós, a Senhora Dr.ª Elsa Loureiro seria sempre viabilizada pelo Partido Socialista. Como foi. E só não foi na primeira reunião de Câmara, ou na segunda reunião de Câmara, porque o Senhor Presidente Dr. Joaquim Amaral não respondeu às perguntas diretas que lhe foram feitas.

Não, se ria, eu é que me rio porque a Senhora Dr.ª Elsa Loureiro já podia estar a receber como Vereadora desde a primeira reunião. E, se não está, deve-o ao Senhor Presidente de Câmara. E agora venha cá aqui alguém dizer que eu estou a mentir. Está bem, Senhor Deputado Rui Costa? Fico a aguardar a sua participação aqui. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Peço desculpa, mas, Ok, terminou. Muito obrigado. Eu quero chamar a atenção. Temos, agradeço que quando as pessoas estão a usar da palavra que, de facto, se abstenham de comentários. Se as pessoas querem falar, pedem a palavra e bom, será dada, se calhar, para as duas bancadas ou para toda a gente. Vamos lá, vamos lá. Quero informar-vos que começámos às 21 horas e 15 minutos e são 22 horas e 11 minutos. Portanto, o Período de Antes da Ordem do Dia tem a duração de 60 minutos.

Temos inscritos para falar ainda o Senhor Deputado Pedro Borges. O Senhor Presidente da Câmara ainda vai querer usar da palavra. O Senhor Vereador Pedro Borges. Mais alguém se quer inscrever? Porque, da primeira, eu tentei e verifiquei que, praticamente, toda a gente respeitou os 5 minutos, que são normais numa primeira intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia. Se houver alguma réplica, ou alguma intervenção mais, agradeço que sejamos breves e sucintos, para terminarmos o ponto. Senhor Vereador Pedro Borges, faz favor, tem a palavra. Senhor Vereador Rui Costa, não sei se tem inscrição, mais uma vez? Vai ser algo de 2, 3 minutos. Não temos tempo. Muito obrigado.

O Senhor Vereador Pedro Borges:

- Eu vinha aqui para defesa da honra. E a questão que eu gostava de esclarecer é a seguinte: Primeiro lugar: Nunca houve nenhuma lista consensualizada para a CIM Viseu Dão Lafões. Houve conversas relativamente a isso e o PS, o Partido Socialista disse que não alinhava nessa situação. Penso que estou a dizer a absoluta verdade neste momento. E, alguém que me desminta. Segundo lugar, Senhor Deputado Rui Costa: É, extremamente, desagradável, deselegante, da sua parte vir aqui pôr em causa o facto de eu não ter ido a uma CIM Viseu Dão Lafões, onde o Senhor esteve presente 2 vezes, exatamente 2 vezes, quando o senhor esteve presente e estava tão interessado com a minha falta, tinha-se deslocado aos Serviços, tinha questionado porque é que eu tinha faltado e eles informavam-no, porque eu, prontamente e dentro do prazo estabelecido, informei os Serviços o porquê de eu não poder assumir, porque eu não assumi ainda o cargo de Deputado na CIM Viseu Dão Lafões.

Eu não renunciei. Eu não pedi substituição. Eu não assumi porque na primeira eleição eu estava a ser intervencionado, cirurgicamente. Perdão, na primeira tomada de posse, eu estava a ser intervencionado, cirurgicamente e aquando da segunda reunião eu estava ainda de Atestado Médico, de baixa. E, que eu saiba, nunca, nesta Assembleia Municipal, nunca na reunião de Câmara e agora vou usar aqui o nome de uma pessoa que não tem nada a ver com este assunto, entre nós os 2, mas quando essa pessoa esteve de baixa médica e foi intervencionado, nunca na reunião de Câmara, os Senhores Vereadores do Partido Socialista, ou nunca na Assembleia Municipal, os Senhores Deputados do Partido Socialista fizeram aquilo que o Senhor Deputado Rui Costa fez aqui nesta Assembleia. Portanto, o que eu classifico da sua atuação aqui neste púlpito foi de desagradável e vergonhosa. Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado Rui Costa. Vamos trazer breves, por favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Ora, Senhoras e Senhores Deputados municipais. Duas notas. Espero as suas recuperações sentidas, sentidas, que não sabia. Mas, de qualquer forma, uma nota que deveria ter sido feita era que a sua ausência pautava por uma intervenção cirúrgica, algo de Saúde, que todos nós não compreendemos, inclusivamente, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não sabe. Por isso, esta explicação à Assembleia Municipal, até porque eu fui indagado o porquê do Senhor Deputado Municipal de Nelas não tomar posse, 2 vezes. E isto é bom que se esclareça à Comunidade e à Assembleia Municipal.

Depois, uma nota: A Senhora Deputada Mafalda Lopes, realmente, esteve nas 2 reuniões onde eu estive. Sim, chegou mais cedo na primeira, Chegou tarde na segunda. Andou a rondar onde é que se sentava, etc., etc. Mas, pronto, passamos à frente.

Agora, uma nota importante: A Senhora Dr.ª Elsa Loureiro não está a receber. Ele recebe porque está a trabalhar. É importante dizer isto. Ela não está a receber. Mas não está a receber o quê? É uma Vereadora, tem que auferir aquilo que tem direito. Agora chega-se aqui: Não está a receber. Desculpe lá, desculpe lá. Há que ter tino. Há que ter consideração pelas pessoas. Há que dizer aquilo que é certo. Não é bem chegar e dizer: O Senhor Deputado Miguel, é pá, fez aqui uma intervenção. Eu gostava que dissesse: Teve uma intervenção muito, mas muito, muito boa. Sabe porquê? Porque pisou nos calos do Partido Socialista. Aquilo que vocês andaram a apregoar durante muito tempo e agora saiu-vos. Azar, azar. Têm que ser Fiscais.

Mas a minha intervenção vai finalizar com uma Moção do Partido Social Democrata. E é uma moção sobre o IP 3.

Moção de Recomendação do Grupo parlamentar da Assembleia Municipal do PSD de Nelas.

MOÇÃO IP3 (ITINERÁRIO PRINCIPAL NÚMERO 3)

Considerando a importância estratégica desta via rodoviária que liga dois polos centrais da nossa Região, de Viseu e Coimbra.

Tendo em linha de conta que ao longo de inúmeros anos, sempre foi desejo, reivindicação e sobretudo, uma necessidade premente para as nossas populações, a sua reabilitação e refuncionalização, com o propósito de, por um lado, reduzir a sinistralidade e por outro, tornar esta infraestrutura mais competitiva para o transporte de bens e pessoas.

Pese embora, todas estas intervenções que estão a acontecer, atualmente, causem enormes constrangimentos, inclusive nas redes viárias adjacentes, a duplicação do traçado e colocação de um separador central, vem, claramente, ao encontro dos nossos anseios, bem como dar uma nova centralidade à nossa Região e ao tecido industrial, que tanto dela necessita.

Este investimento, que está a decorrer de forma célere e eficaz, já tem também uma nova expectativa, aliás, uma nova garantia, com financiamento inscrito já no Orçamento de Estado para 2026, que é a decisão final de transformação de todo percurso do IP3, em perfil de autoestrada, até 2034.

Este projeto, cujo traçado já estará definido, bem como o respetivo cronograma e onde os Autarcas terão sido auscultados, será uma verdadeira revolução naquela que é a estratégia de mobilidade e desenvolvimento da Região.

Há, finalmente, uma solução com maturidade, responsabilidade e perspetivada num curto espaço de tempo.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD, da Assembleia Municipal, vem aqui propor a votação desta moção, como reconhecimento ao Governo da República, em particular ao Ministério das Infraestruturas que entendeu os sinais e a premência da intervenção nesta estrutura viária e diligenciou para que, num curto espaço de tempo, todos possamos usufruir de um IP3 em perfil de autoestrada, moderno, competitivo e mais seguro para os utilizadores.

Nelas, 22 de dezembro de 2025.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Para discutirmos esta moção, eu precisava, a Mesa precisava de a ter. Pode-me enviar, por mim, por favor. Alguém quer usar da palavra sobre a moção apresentada? Vai ter que ser votada, com certeza.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Claro que é preciso termos a dizermos a Moção porque foi lida. Eu, em princípio, concordo com o com o espírito da Moção. Pode algum pormenor. Eu, agora, estou a achar um bocado estranho a preocupação com o IP 3 antes da preocupação com o IC 12.n O IC 12 é que passa aqui. O IP 3 também é importante. Atenção, não estou a dizer que, não estou a retirar a importância ao IP 3. Mas a primeira, a primeira coisa que devia estar no topo da lista era o IC 12, acabarem o IC 12. Isso é que era. Isso é que é mais importante. Mas, de qualquer maneira, gostava de ter uma cópia da Moção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Presidente da Câmara está a pedir palavra. Faz favor. Sim. Faz favor. Faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- É só mesmo rápido, só muito rápido. Só para dizer ao Senhor Deputado António Sousa, para ligar uma coisa a outra. Não vou falar sobre a Moção. É sobre uma questão que foi aqui elencada. O IP 3 foi aprovado o traçado na CIM. Isto, toda a gente sabe, foi do conhecimento público e 7 Municípios subscreveram uma Moção para a parte complementar, a A-35, que agora deixou de ser do IC 12, mas é o IC 12, como nós o conhecemos é a A-35.

Eu peço-vos compreensão por não termos falado disso porque há um Acordo desses Municípios para ser apresentado na próxima reunião da CIM, porque é uma proposta conjunta dos Municípios. E, portanto, era para ser já apresentada agora, quando foi feita da revisão do IP 3. Mas, achou-se por bem não misturar as coisas. E, na próxima reunião da CIM de 6 de janeiro vai sufragada. E já tem o apoio de todos os Municípios. Eu acho que adiantarmos isto na questão do IP 3, eu não fazia ideia que a Moção ia ser apresentada. E, na sequência do que disse o Senhor Deputado António Sousa, só para vos dar a entender isso, que vai ser apresentada uma Moção para a conclusão da A 35, mais conhecida por nós, pelo IC 12.
Agora já temos uma autoestrada a passar-nos. Nem o IC, acabámos. Mas temos uma autoestrada.
Era só isto. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Eu iria sugerir também o seguinte: Vamos resolver 2 coisas de uma vez só. Eu tinha proposto a criação de uma Comissão sobre as Comemorações dos 50 anos do Poder Local, que também tem que ser resolvido.

Portanto, eu peço 5 minutos de intervalo para que os Grupos Parlamentares falem para fazer a constituição dessa Comissão, com os nomes propostos, para depois procedermos à votação. Entretanto, enquanto também resolvemos esta questão da Moção do IP 3. Está bem?

**Assim, a sessão foi interrompida durante alguns minutos.**

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhores Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, por favor, para recomeçarmos os trabalhos. Já ultrapassámos, largamente, os 5 minutos de intervalo. Mas, julgo terem sido bastante úteis para ter chegado aqui a um consenso sobre estes 2 temas que estão em questão. Só aguardava ainda a entrada.

Bom, acho que já vamos ter toda a gente presente na sala. Sobre a questão e começo pela Comissão das Comemorações do Poder Local no Concelho de Nelas, a criação da Comissão. A metodologia acordada. Vamos votar a Constituição da Comissão por número de elementos. Ou seja, por mim mesmo, Presidente da Assembleia, 2 Elementos do Partido Socialista, 2 Elementos do Partido Social Democrata e um Elemento do Chega.

Portanto, posteriormente, vamos votar a criação da Comissão da Comemoração dos 50 anos do Poder Local no Concelho Nelas e posteriormente serão dados os nomes dos Senhores Deputados Municipais que integrarão essa Comissão. E, depois, marcaria a primeira reunião de trabalho. Obviamente também e foi desde já falado o facto de se criar esta Comissão com estas 6 pessoas, neste caso, neste momento, não invalida que essa Comissão, ela própria não tenha autonomia para alargar, de forma que é desejável, a pessoas que possam trazer contributos, pessoas que fizeram parte da vida ativa do Concelho e que ainda estejam entre nós, a ajudar a dar os seus contributos na elaboração e na execução deste Projeto que agora estamos a criar com esta Comissão.

Por isso, coloco à votação da Assembleia da criação da Comissão: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Portanto, sobre a questão da Moção do IP 3, já estou em condições de poder ler a Moção, que vou passar, de imediato a ler, para depois também se passar à votação.

Quero também reiterar que, desejavelmente, como método, gostaria, eu sei que pode ser um pouco, talvez antiquado, mas que as moções, quando fossem apresentadas, ou se houvesse a intenção dos Senhores Deputados apresentarem moções nesta Assembleia, que as trouxessem em um documento escrito, para que possa ser facultado aos demais Senhores Deputados da Assembleia.

Posto isto:

MOÇÃO IP3 (ITINERÁRIO PRINCIPAL NÚMERO 3)

Considerando a importância estratégica desta via rodoviária que liga dois polos centrais da nossa Região, de Viseu e Coimbra.

Tendo em linha de conta que ao longo de inúmeros anos, sempre foi desejo, reivindicação e sobretudo, uma necessidade premente para as nossas populações, a sua reabilitação e refuncionalização, com o propósito de, por um lado, reduzir a sinistralidade e por outro, tornar esta infraestrutura mais competitiva para o transporte de bens e pessoas.

Pese embora, todas estas intervenções que estão a acontecer, atualmente, causem enormes constrangimentos, inclusive nas redes viárias adjacentes, a duplicação do traçado e colocação de um separador central, vem, claramente, ao encontro dos nossos anseios, bem como dar uma nova centralidade à nossa Região e ao tecido industrial, que tanto dela necessita.

Este investimento, que está a decorrer de forma célere e eficaz, já tem também uma nova expectativa, aliás, uma nova garantia, com financiamento inscrito já no Orçamento de Estado para 2026, que é a decisão final de transformação de todo percurso do IP3, em perfil de autoestrada, até 2034.

Este projeto, cujo traçado já estará definido, bem como o respetivo cronograma e onde os Autarcas terão sido auscultados, será uma verdadeira revolução naquela que é a estratégia de mobilidade e desenvolvimento da Região.

Há, finalmente, uma solução com maturidade, responsabilidade e perspetivada num curto espaço de tempo.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD, da Assembleia Municipal, vem aqui propor a votação desta Moção, como reconhecimento ao Governo da República, em particular ao Ministério das Infraestruturas, que entendeu os sinais e a premência da intervenção nesta estrutura viária e diligenciou para que, num curto espaço de tempo, todos possamos usufruir de um IP3 em perfil de autoestrada, moderno, competitivo e mais seguro para os utilizadores.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pergunto: O PSD, o Subscritor, o Senhor Vereador Rui Costa vê algo inconveniente que seja uma Moção da Assembleia, de toda a Assembleia, dos Grupos todos, ou faz questão que seja só do PSD? E pergunto ao Partido Socialista, se vê algum inconveniente em que esta Moção seja da Assembleia Municipal de Nelas? E, do Chega? Peço desculpa também. Portanto, estão de acordo que seja uma Moção da Assembleia Municipal? Não. Apenas da Bancada do Partido Social Democrata. É isso?

Já perguntei também. Se ninguém se opõe. Então, eu coloco à votação, Portanto, a Moção, por favor, portanto, é da Assembleia Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Muito obrigado.

Portanto, terminado este Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar. Peço desculpa, Senhor Presidente. Muito bem. Senhor Presidente, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só, basta um minuto, ou dois. Não preciso de mais. Tem a ver com a intervenção do Senhor Deputado Pedro Borges e, naturalmente, as leituras, como você disse e bem, Senhor Deputado, cada um faz as que quer. Mas já que falou nisso e falou na perda de votos e de reforço político, recordo-lhe só: O próprio Partido Socialista, em 2025, perdeu votos em relação a 2021. Não só não reforçou, como perdeu. Recordo-lhe, igualmente, que em relação a 2017 já tinha perdido votos de 2021 para 2017.

E sobre legitimidade, recordo-lhe também outra coisa: Em 2013, o PS ganhou com a medida absoluta porque o contexto era diferente, porque eram só 2 partidos em eleições, por 13 votos de diferença. O PSD ganhou por 1246 votos. A legitimidade é o que é. E dizer-lhe também que é o que é. Mas o PSD ficou a 46 votos, somente, do sétimo Vereador.

Sobre soberba não é uma coisa que, de facto, suponho que estaria a falar genericamente e não direcionada a alguém. E, por falar direcionada a alguém, deixe que lhe diga também uma coisa: À Política o que é da Política. À Justiça o que é da Justiça. À vida pessoal das pessoas o que é da vida pessoal das pessoas. Eu nunca o misturei. Não o faço. Nem nunca o farei.

E, julgo que é de conhecimento público, embora eu nunca o tenha invocado, nem invocarei porque cada um tem o direito à sua vida e tratar dela como assim o entender, desde que não tenha interferência na Gestão da Causa Pública, não foi o caso.

Mas volto a dizer que, independentemente de tudo, nunca faltei nenhuma reunião da Assembleia Municipal, a nenhuma. E, somente, faltei a uma reunião de Câmara por causa de uma situação de minha cirurgia e nunca o invoquei. Gostei imenso da sua intervenção e subscrevia-a se não tivesse feito este apontamento final, que achei, modéstia à parte, desnecessária.

No que concerne à Senhora Deputada Mafalda Lopes, só deixar-lhe uma nota, somente sobre isto e é uma questão de interpretação também, Senhora Deputada. O valor que é atribuído a um Presidente da Câmara e a três Vereadores é público. É de Lei e está publicitado. Se não se importar. E está publicitado na DGAL, na Associação Nacional de Municípios Portugueses. E eu invoquei e disse, precisamente, o mesmo e disse a mesma coisa.

Se um Vereador fosse, ou não aprovado, a composição podia não ser a mesma com um Vereador, ou alguma Equipa associada, ou não. Se fosse chumbado o Vereador, em vez de um Adjunto, podiam ser 2.

O que eu disse, o que é o compromisso é o que faz sentido. Desculpe lá. Não é uma questão de números. É uma questão objetiva. Há um plafond. Há um valor que é do conhecimento Público. Se alguém assevera que não é ultrapassado esse número, acho que está tudo respondido.

Mas pronto como diz, e muito bem, números são números. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Eu julgo que temos o ponto encerrado, ou vamos encerrar, até porque já vamos, neste momento, um pouco atrasados em relação àquilo que seria expectável.

Então vamos passar, de imediato, ao Período da Ordem do Dia.

Ponto 2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia)

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Membros da Assembleia

Exmos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 30 de novembro de 2025, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Requalificação do Centro Urbano de Santar – Execução do Plano de Acessibilidades

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas

Requalificação da Rede Viária – Aguieira

Reparação de muro de suporte de terras na Rua do Futuro em Carvalhal Redondo

Requalificação do Centro de Saúde Nelas

Requalificação do Cento de saúde de canas de Senhorim

"Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim

Requalificação da Escola Secundária de Nelas

Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III

Requalificação das 4 esquinas em Canas de Senhorim;

Requalificação da rede viária na Freguesia de Senhorim – execução de muros de suporte de terras

Av. Vasco da Gama em Carvalhal Redondo – substituição da fossa existente por EE e conduta elevatória;

Execução de caminho pedonal nas Caldas da Felgueira;

Requalificação do Parque São Miguel em Nelas;

Reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais destruídos pelos incêndios rurais de setembro de 2024, município de nelas – pavimentação de vias e arruamentos – incêndio rural de 16 de setembro de 2024

Estrada da Boiça em Canas de Senhorim

Rede de drenagem de águas pluviais – Av. Dr. Arnaldo Santos almeida, em Casal Sancho

Requalificação da Rede Viária do Concelho – Freguesia de Nelas – Rua Aprígio Barbosa e Rua da Cruz em Algerás e arruamento no Bairro da feira

Requalificação e Modernização do Centro de Saúde de Nelas – Requalificação da antiga Unidade de Cuidados Continuados

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Manutenção e atualização de todas as aplicações do ERP AIRC;

Atualização e monitorização de software e firmware dos servidores de virtualização;

Atualização e monitorização de software e firmware de storage e backup;

Atualização e monitorização de software e firmware de componentes de network;

Atualização e monitorização de software e firmware de firewall e outros sistemas de Cibersegurança;

Manutenção e instalação de atualizações de componentes e segurança do website institucional;

Gestão e monitorização dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;

Continuação do processo de Implementação e cumprimento do decreto lei 65/2001, de 30 de julho, define o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço em Portugal;

Implementação e monitorização de IOC's (Indicadores de compromisso) de segurança informática;

Suporte aos utilizadores da rede informática wireless e wired do município de Nelas e escolas;

Resolução de problemas informáticos em Escolas Básicas e Jardins de Infância remotamente e em colaboração com os Serviços Educativos

Renovação da componente de licenciamento de várias aplicações e serviços informáticos;

Gestão, monitorização e atualização de XDR/MDR - Sophos Central. Monitorização dos endpoints, e agente Sophos;

Formatação, atualização e manutenção preventiva e ativa de equipamentos constituintes do parque informáticos;

Colaboração e aquisição de cotações para dotação do edifício Museu do Vinho de Santar, nomeadamente: viabilidade e orçamento de instalação de linha de Internet, aprovisionamento e preparação de equipamentos informáticos para o local, orçamento para aquisição de impressora/fotocopiadora para o local.

Otimização de bases de dados informix e outras

Intervenção, reconfiguração e instalação final de Switch para ampliação e melhoria da qualidade e rapidez do tráfego interno e externo no edifício multiusos.

Pedidos de cotação para substituição do parque informático em regime de renting

Resolução de 211 tickets (somente pedidos de suporte informático efetuados através da plataforma GLPI).

De realçar, também, que tem vindo a ser garantida a alta disponibilidade dos sistemas e serviços TI do Município, tendo sido registado apenas dois períodos de downtime nos serviços externos. Estas duas situações foram alheias aos serviços de TI, tratando-se de falhas do operador / fornecedor MEO. A nível de comunicações internas (serviço de impressão, aplicações ERP AIRC e acesso a dados de armazenamento) não houve qualquer interrupção.

Na semana de 10 a 14 de novembro registaram-se algumas falhas e lentidão, principalmente, nas aplicações ERP AIRC. Esta situação foi mitigada na tarde de 14 de novembro e foi resolvida definitivamente no dia 4 de dezembro.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Loja de Cidadão / Espaços de Cidadão

No referido período, a Loja de Cidadão de Nelas realizou 2.297 atendimentos, sendo que os postos de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 49,9% do total destes, seguidos do ISS e das Finanças com 40,76% e 9,4%, respetivamente.

Foram registados / gerados no front office (Espaço de Cidadão / Câmara Municipal) do Município 1223 documentos (requerimentos e ordens de serviço) no âmbito dos serviços do município.

Entidade Total atendimentos
Espaço Cidadão / Câmara Municipal 1147
FINANÇAS 216
ISS 934
TOTAL 229

Atendimentos de outras entidades nos postos do Espaço Cidadão da Loja de Cidadão
Espaço Cidadão Santar/ Moreira – verificaram-se na totalidade 59 atendimentos
Espaço Cidadão de canas de Senhorim - verificaram-se na totalidade 97 atendimentos

Serviços online

Durante o período em consideração, foram efetuados 142 pedidos através da plataforma dos serviços online.

Novos utilizadores registados: 138

Transformação Digital na Região Viseu Dão Lafões

Por deliberação da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do PO CENTRO 2030 do dia 24/11/2025, a candidatura submetida no âmbito do Aviso n.º CENTRO2030-2024-75, com a identificação CENTRO2030-FEDER-03079300 - Transformação Digital na região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios, foi aprovada.

SERVIÇO DE DESPORTO

Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC

A disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. Nas duas primeiras semanas as aulas decorreram nas respetivas escolas tendo depois passado para as instalações desportivas (pavilhão e piscina) e nas instalações do Centro Escolar.

Projeto "Crianças em Movimento…"

O projeto "Crianças em Movimento…", direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho iniciou a 3 de novembro, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora.

As aulas de Adaptação ao Meio Aquático, nas Piscinas Municipais de Nelas, participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim, bem como os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância "Girassol", Escola João de Deus e Jardim-de-infância "Malmequer".

Nas aulas Expressão Lúdico Motora participaram os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas, nas instalações do Centro Escolar de Nelas. O Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim prescindiu desta atividade uma vez que coincide como horário letivo, não sendo possível assegurar no horário pretendido pelo Agrupamento.

Atividades Desportivas da Universidade Sénior

Colaboramos com a dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 2 aulas semanais de Hidroginástica na Piscina Municipal Coberta, que iniciaram a 6 de outubro.

Projeto "A Hora dos SuperQuinas"

Com o inicio das aulas de AFD das AEC iniciou-se também o Projeto "A Hora dos Super Quinas" da Federação Portuguesa de Futebol em parceria com a Associação de Futebol de Viseu, nas aulas de AFD do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e a melhoria da literacia motora através da participação em

atividades físicas e desportivas que lhes proporcionem experiências e brincadeiras significativas, positivas, prazerosas e muito divertidas, através da construção de sessões que sejam marcantes e inesquecíveis para as crianças.

Projeto "Andebol4Kids"

Nas aulas de AFD das AEC, também se iniciou a dinamização do Projeto "Andebol4Kids" no 1.º Ciclo do Ensino Básico, em parceria com a Associação de Andebol de Viseu, e pretende potenciar o Andebol como modalidade atrativa nos alunos, aproximar a escola à modalidade e possibilitar o aumento dos número de praticantes, através com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e através exercícios e jogos que pretendem em paralelo a melhoria da literacia motora das crianças.

Beactive – Semana Europeia do Desporto

Participamos por mais um ano consecutivo na Semana Europeia do Desporto, através do Projeto IPDJ BeActive, uma iniciativa da Comissão Europeia do Desporto com diversas atividades, que de acordo com a calendarização do evento decorreu entre os dias 23 e 30 de setembro.

Dentro da temática e dinamizando as entidades locais promotoras do desporto no município, realizou:

"Beactive Sénior" – aula de musculação sénior - Atividade desenvolvida pela Universidade Sénior

"Beactive Work" – Aula de Pilates para os Bombeiros de Nelas e Canas de Senhorim - Atividade desenvolvida por: Serviços de Desporto

"Beactive Crianças ativas" – Gincanas e Jogos Tradicionais - Jogos Tradicionais nas aulas de AFD das Atividades de Enriquecimento Curricular.

"Beactive Famílias Activas" – Aventura em família 604 – Jogos tradicionais - Atividade desenvolvida pelos Escuteiros do Agrupamento 604 de Canas de Senhorim;

AquaHalloween

No dia 31 de outubro realizou-se uma aula aberta de Aquafitness dirigida a tua a comunidade com mais de 16 anos, com o intuito de festejar o Halloween. Participaram na aula 30 alunos.

Circuito Municipal de Escolas de Natação da Escola Municipal de Natação

Da Escola Municipal de Natação faz parte a turma da pré-competição, alunos, estes, que foram selecionados para fazerem parte da equipa. Ao longo do ano participam no Circuito de Escola de Natação no qual competem 17 escolas de Natação. Assim a primeira prova foi em Mangualde a 09 de novembro, nas Piscinas Municipais de Mangualde.

Piscina Municipal Coberta

Início do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2025/2026 teve início a 6 de outubro, nomeadamente com o início das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), Aquafitness, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação). À presente data, nos vários grupos de ensino estão inscritos 448 alunos nas aulas com orientação técnica.

A instalação é utilizada pelo agrupamento de escolas do concelho:

Agrupamento de Escolas de Nelas para a modalidade de natação no âmbito do Desporto Escolar, às quartas e sexta-feira das 14h30 às 15h45que teve início a 12 de novembro.

Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim para aulas de natação para os alunos do curso Técnico Profissional de Desporto às quintas-feiras das 12h00 às 13h00, que teve início a 6 de novembro.

Piscina Municipal Descoberta

As Piscinas Municipais Descobertas encerraram a época balnear verão 2024, a 7 de setembro contabilizando nesta época um total de 5390 de utilizadores entre pagantes, cedências e eventos.

Pavilhão Desportivo Municipal

Toda a atividade do Pavilhão Desportivo Municipal manteve-se sem quaisquer alterações, continuando a ceder as instalações para diversas atividades, nomeadamente:

Ao Clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal;

Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar, Corta-Mato e Planetário;

Ao Clube Núcleo Dão Nelas para banhos, na modalidade de Caminhada - "Rota dos Vinhos do Dão";

Deu-se continuidade às aulas de Atividade Física da Universidade Sénior, que decorrerem semanalmente no Pavilhão Desportivo, assim como, as aulas de Atividade Física e Desportiva, inseridas nas AEC.

Estádio Municipal de Nelas

No âmbito de toda a atividade competitiva e de formação, desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos:

Cedência das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos e jogos de treino nos escalões de petizes e traquinas, sub 10, sub 11, sub. 13, sub 16; sub 18 e Seniores;

Cedência das instalações para treinos e jogos do calendário de jogos particulares do SCN e Veteranos;

Cedência das instalações para treinos e jogos de Seniores do Sporting Clube de Santar;

Cedência das instalações para treinos do Clube Desportivo de Oliveira do Hospital;

Cancelamento de treinos da formação do SL Nelas, a partir do dia 1 de dezembro e de 2ª feira a 6ª feira, em virtude das condições de impraticabilidade do Campo 2, do Estádio Municipal;

Cancelamento temporário de realização de jogos da formação do SL Nelas, no Campo 2, a partir do dia 13.

SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Neste período foram efetuados 88 atendimentos nos Serviços de Intervenção Social, de carácter generalizado não sendo considerados nas políticas abaixo descritas.

LOJA SOLIDÁRIA

Deslocaram – se à Loja Solidária 7 famílias, abrangendo 35 pessoas.

CLAIM – CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Foram realizados 105 atendimentos a migrantes residentes no concelho e fora do concelho.

INCENTIVO À NATALIDADE

Foram deferidos 17 requerimentos para atribuição do incentivo à natalidade

SAAS - SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E ATENDIMENTO SOCIAL

No âmbito do Serviço de Acompanhamento e Atendimento Social (SAAS), foram realizados 86 atendimentos e 29 visitas domiciliárias, abrangendo um total de 80 famílias e 220 munícipes.

Relativamente às referenciações para ERPI, informa-se que foram efetuadas cinco referenciações para vaga reservada à Segurança Social (VRSS), no período supra.

Importa ainda salientar, que neste período, foram integrados dois idosos referenciados pelo Município em VRSS.

No que diz respeito à LNES, foram sinalizadas 3 situações de agregados familiares, cujo Boletim de Emergência (situações que ocorrem fora do horário laboral, feriados e fins de semana) foi remetido pelo Centro Distrital de Segurança Social de Viseu ao Ponto Focal do Município.

Relativamente a processos de Maior Acompanhado, foi solicitado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Satão, realização de relatório social de um agregado familiar que solicitou instrução do mesmo.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - RSI

Relativamente a esta resposta, foram realizados 121 atendimentos e 20 visitas domiciliárias. Cerca de 191 indivíduos estiveram em acompanhamento no âmbito da prestação de RSI, englobando 95 famílias.

PROGRAMA PRIVAÇÃO MATERIAL – PPM

Identificação e encaminhamento de situações de carência alimentar para o Programa de Privação de Material do ISS - beneficiaram deste programa 51 famílias, com um total de 141 indivíduos.

APOIOS ECONÓMICOS

Foram atribuídos 4 apoios económicos a famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da transferência de competências em matéria da Ação Social para os Municípios.

APOIO PSICOLÓGICO

Realizaram-se no total 23 atendimentos psicossociais, sendo que, no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), foram realizados 15 atendimentos; no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) realizaram-se 8 atendimentos. Mais se informa, que foram realizadas 19 visitas domiciliárias de acompanhamento psicossocial.

Neste âmbito, foram efetuados cerca de 179 atendimentos presenciais: 68 atendimentos no âmbito do RSI; 16 atendimentos no âmbito do SAAS e 92 atendimentos no âmbito da Ação Social (assuntos e/ou tipologias diversas).

PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (PSE) E PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR NO CONCELHO DE NELAS

No Agrupamento de Escolas de Nelas e no Agrupamento de Canas de Senhorim –, foram realizadas reuniões com os dois Agrupamentos de Escolas com a equipa do PSE.

No Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, foram sinalizados dois grupos de alunos (do 8º ano e do 11º ano), prendendo-se em primeira instância, implementar dois programas de competências para serem executados nos próximos períodos letivos. Quanto ao acompanhamento psicológico dos alunos no Agrupamento de Escolas de Nelas, este é individualizado, sendo que foram acompanhados 5 alunos que frequentam a E.B. 2,3 Dr. Fortunato de Almeida e o Centro Escolar de Nelas.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANAS DE SENHORIM E DE NELAS

Foi solicitado o reembolso de 100% do pagamento do IMI por dois Bombeiros Voluntários no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais às Corporações de Canas de Senhorim e de Nelas.

AVALIAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

Foram realizadas 9 avaliações de famílias em situação de vulnerabilidade social que no sentido de enquadrar o agregado familiar quer no serviço de refeições quer no prolongamento de horário.

BENS ALIMENTARES

Para além do Programa de Privação Material do ISS, cujo encaminhamento é realizado pelas técnicas do SAAS, as Técnicas do SIS prepararam cabazes alimentares para famílias em situações muito urgentes e de extrema vulnerabilidade económica.

Foram entregues 9 cabazes de bens alimentares.

RADAR SOCIAL

No âmbito do projeto foram já referenciados 502 indivíduos com 374 processos.

PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CLDS 5G – Criar, Participar e Valorizar.

Foram realizadas as seguintes atividades:

Eixo I – Emprego, formação e qualificação

Atividade 1 – Abertos agora - Loja do Emprego

Foram publicadas: 19 ofertas de emprego, disponibilizadas pelas empresas, comercio e serviços sedeados no Município de Nelas;

Duas ofertas de cursos EFA, cujos destinatários são indivíduos, que queiram completar o 12º ano de escolaridade, contemplando também os Munícipes de Nelas e uma sessão de esclarecimentos presencial, pela empresa CELFINFO.

Foram registadas 47 manifestações de interesse nas diferentes ofertas de emprego junto da equipa CLDS 5G.

Atividade 4 – Vou à Feti

O CLDS 5G, dinamizou a mesa-redonda denominada "do Coração, Dão", cujo objetivo foi falar da importância da prática do voluntariado, uma ferramenta para a integração no mercado de trabalho.

Atividade 6 – O meu trajeto - Foram realizadas 2 sessões de informação, para informar os munícipes acerca da possibilidade de concluírem os diferentes ciclos de ensino através do Centro Qualifica das Escolas de Mangualde Participaram 18 Munícipes de Nelas.

Eixo III – Promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade

Atividade 16 – Vamos conversar para melhorar

Foram realizadas 27 Sessões de sensibilização "Burlas às pessoas idosas", nas diferentes freguesias de Nelas abrangendo, os vários polos da Universidade Sénior, as juntas de freguesias e as IPSS´s, com a participação de 325 munícipes com 65 ou mais anos. Atividades em parceria com o Projeto Radar Social e GNR destacamento de Mangualde

Foram realizadas 2 sessões de sensibilização denominadas "Maus-Tratos à pessoas idosa" com a participação de 14 munícipes. Atividade em parceria com a GNR destacamento de Mangualde.

Foi realizada a VIAGEM A FÁTIMA COM OS SENIORES DO MUNICÍPO

O Município de Nelas realizou 3 ações denominadas "***Promover a Alteração do Paradigma do Papel Feminino e Masculino no*** 3.º ***Setor***", com o objetivo de desmistificar e refletir acerca do papel/participação do homem ou da mulher em diferentes áreas. A ação decorreu integrada no Plano de Ação do Núcleo Local de Inserção (NLI) assim como do Plano Municipal para Igualdade e Não Discriminação de Nelas (PMIND).

Também, decorreu a ação de sensibilização "Prevenção e Combate à Violência Doméstica", numa iniciativa que procurou consciencializar sobre os impactos da violência contra

as mulheres, promover uma cultura de não violência, direitos humanos e igualdade. Esta ação enquadrou-se nas Comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres assinalado anualmente a 25 de novembro, data instituída pela Resolução n.º 52/134 da ONU, e cujo propósito é alertar para a violência física, psicológica, sexual e social, desconstruir crenças sobre a temática e conhecer os recursos existentes na comunidade.

Assinalou – se no dia 20 de novembro o Dia Mundial do Cancro do Pâncreas. Com a Iluminação de um edifício emblemático com a cor roxa (Câmara Municipal) e a divulgação da iniciativa nas redes sociais, a Câmara Municipal aderiu à Causa do Clube Português do Pâncreas (CPP), secção especializada da Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia (SPG), sob o mote "O tempo de agir é agora", procurando alertar a população para o aumento da incidência e mortalidade do cancro do pâncreas e reforçar a importância da prevenção e deteção precoce.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Atividade de Musculação Sénior, no âmbito da Semana Europeia do Desporto

Os alunos da Universidade Sénior de Nelas participaram numa aula de **Musculação Sénior**, **no Parque de São Miguel** (Mata das Alminhas), no âmbito da iniciativa BeActive, inserida na 11ª Edição da Semana Europeia do Desporto.

Apresentações finais da participação da Universidade Sénior no Projeto ID Memória Futura das Obras Sociais com a Associação Intruso

A Universidade Sénior participou durante 10 meses, semanalmente, com 4 alunos, já com diagnóstico e sintomatologia de declínio mental no Projeto Vencedor do BPI La Caixa, ID Memória Futura, que culminou em duas apresentações públicas, uma na Quinta da Cruz e outra no Fórum Viseu e numa exposição de intervenção patente durante todo o mês de setembro, também ela no Fórum Viseu.

Sessão de abertura do ano letivo 2025/2026

A Universidade Sénior deu início ao ano letivo com a Sessão de Abertura que teve lugar no auditório do Edifício Multiusos, que contou com a participação de cerca de 250 alunos, dos professores, do executivo municipal e de várias entidades convidadas que durante todo o ano colaboram com este projeto.

Foram apresentadas as ofertas formativas e o respetivo plano semanal, tal como o Projeto itinerante.

A Universidade Sénior este ano tem no seu plano as seguintes disciplinas:

Inglês, Rádio, Psicologia, Relaxamento, Coro Masculino, Atividade Física, Saúde para todos, História, Coro Misto, Teoria Musical, Grupo de Cordas, Informática e Redes Sociais, Iniciação ao Piano, Iniciação à Guitarra, Iniciação ao Cavaquinho, Exercício Físico Adaptado, Espanhol, Manualidades, Bordados, Robótica, Pintura, Agulhas Solidárias e Hidroginástica.

O Projeto Itinerante funciona nas seguintes localidades:

Lapa do Lobo, Aguieira, Senhorim, Moreira, Urgeiriça, Carvalhal Redondo, Santar e Vilar Seco.

Participação no Seminário Infraestrutura da Felicidade: Construção Coletiva Para Uma Memória Futura

A convite da organização, a Universidade Sénior, esteve presente como orador, na pessoa da Coordenadora Minda Santos, no Seminário "Infraestrutura da Felicidade: Construção Coletiva Para Uma Memória Futura", com o tema - A Universidade Sénior: um pilar da infraestrutura da felicidade.

Concerto do Grupo de Cordas no Lar de S. Miguel

A convite do Lar de S. Miguel, o Grupo de Cordas da US animou a tarde dos utentes, marcando assim o Dia Mundial da Música e do Idoso.

Magusto na Universidade Sénior

Ação de Informação "Burlas", com a participação da GNR

Concerto do Grupo de alunos do Pólo Itinerante de Vilar Seco

A convite da Junta de Freguesia de Vilar Seco, os alunos do Projeto Itinerante participaram da Inauguração da Árvores de Natal feita em crochê.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais: no total de 64 publicações no facebook.

Biblioteca ao domicílio: Empréstimo de 7 livros em casa de dois utilizadores.

(para utentes que se encontrem fisicamente incapacitados)

BIBLIOTECA SOBRE RODAS NAS IPSS (LARES E CENTROS DE DIA)

Em outubro, itinerância pelas instituições, com empréstimo de livros, um total de 57 e sessão de contos.

BIBLIOTECA ITINERANTE NAS UNIDADE FABRIS: total de 8 empréstimos

BIBLIOTECA ITINERANTE NOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.ºCEB DO CONCELHO: total de 696 empréstimos

EXPOSIÇÕES

"Branquinho da Fonseca, uma vida a fazer Ler"

"Democracia aqui tão perto"

"Raízes de Água", exposição de fotografias

"Castelos de Halloween", elaborados no âmbito do projeto pedagógico do Jardim Escola João de Deus

Total das exposições: 95 visitas

BIBLIOLED| CIMVDL: plataforma de livros digitais. Total 46 utilizadores, 7 utilizadores novos neste período, realizaram-se 44 empréstimos de livros digitais.

CLUBE DE LEITURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ANTÓNIO LOBO ANTUNES:

Tema "Vinhos e Gastronomia", na editora Alma Letra, 14 participantes.

Tema, "Autores quase Nobel", 12 participantes

Autora em destaque "Teolinda Gersão", 10 participantes.

LEITURA EM FAMÍLIA, início do projeto, em colaboração com o Plano Nacional de Leitura e os Agrupamentos de Escolas do Concelho.

APRESENTAÇÃO DOS LIVROS INFANTIS "CORAÇÃO DE MENINA" E "A BICICLETA QUE CONTA KM", pelo autor residente no Concelho, António Andrade. Total de 26 participantes.

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DO ENOTURISMO:

- 7/11, "Ler o Vinho no Coração do Dão", prova literária e sensorial dinamizada pela enóloga Mafalda Perdigão e Rui Fonte, programador cultural.

- 9/11, apresentação da exposição "Nelas, Coração do Dão: uma viagem por dois mil anos de história

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Arranque do ano letivo;

Arranque das AEC;

Acompanhamento/melhoria da nova rede de Transportes Escolares (Rede Mobi Viseu Dão Lafões);

Arranque do Projeto “Música Maestro!”;
Realização de Formação para Professores e Assistentes Operacionais relativa às Crianças com Perturbações do Espectro de Autismo;
Reuniões do arranque do ano letivo da Educação Pré-Escolar;
Lançamento do desafio “Mini CHEFS”, no âmbito do Dia Mundial da Alimentação;
Avaliações relativas às AEC (1.º período):
Grelha de avaliação;
Relatório individual.
Atribuição de Vouchers aos alunos da Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Concelho do Ensino Público e Privado (Material Escolar e Livros de Fichas);
Preparativos do Projeto “Férias em Ação” | Natal 2025;
Preparativos “Até Já Escola!” | Natal 2025 (visita ao Parque Temático de Perlim);
Arranque do trabalho da Equipa Multidisciplinar, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo;
Retificação e nova submissão da Carta Educativa;
Execução de algumas necessidades, anteriormente auscultadas, nos diferentes Estabelecimentos de Ensino;
Preparativos para o Mercado de Natal 2025;
Participação na reunião da 3.ª Candidatura da Rede Cultural Alto Mondego;
ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS
Elaboração e distribuição do plano de aulas referente à AMAN
Elaboração e distribuição do plano de aulas referente ao projeto "Música Maestro"
Cumprimento do plano de aulas na AMAN
Cumprimento do plano de aulas refente às AEC
FETI – presença de diversas formações com vários concertos
Planificação e reparação das 13 atividades a serem realizadas pela AMAN no Mercado de 2025
UNIDADE EMPREENDE

Foram realizados atendimentos de caráter informativo, no âmbito dos Regulamentos de Incentivos ao Empreendedorismo do Município de Nelas, bem como outras medidas de apoio, a 5 entidades/ possíveis promotores.

No âmbito do apoio técnico à criação de projetos de criação do próprio emprego e ideias de negócio, foram realizadas reuniões de informação e aconselhamento com 25 promotores/ possíveis promotores.

Participação na FETI, sobre as valências do GIP de Nelas e medidas direcionadas a jovens facilitadoras de integração no mercado de trabalho.

Informação sobre atividades do Gabinete de Inserção Profissional:

- Foram rececionadas 10 ofertas de emprego, por entidades empregadoras do concelho de Nelas e concelhos limítrofes.

- Recorreram aos serviços do GIP com objetivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção), informação sobre ofertas de emprego, 540 atendimentos.

- Promoção e encaminhamento para Formação Profissional em formato digital e presencial, em Viseu e Mangualde, com encaminhamento de 15 utentes.

- Realização de 11 sessões de informação coletivas (informação sobre ofertas de emprego; formação profissional; assuntos relacionados com a inscrição no Serviço de Emprego), em modo presencial e sessões realizadas através de vídeo conferência, que contou com a participação de 531 utentes.

- Apresentação e encaminhamento de 14 candidatos para estágios, contratos emprego inserção e outras medidas que favoreçam a integração de desempregados no mercado de trabalho.

- Apresentação de 37 desempregados a ofertas de emprego.

- Colocação de 16 desempregados em ofertas de emprego.

- Participação nas reuniões mensais, de 13 de outubro de 2025 e 10 de novembro de 2025 do Núcleo Local de Integração, para partilha de assuntos relacionados com a integração de elementos de famílias beneficiárias de RSI.

Informação sobre atividades do Gabinete de Apoio ao Emigrante

- Realização de 23 atendimentos relativos aos seguintes assuntos: auxílio, análise e constituição de resposta de correspondência estrangeira, pedidos de reformas aos países de emigração e informação/apoio a candidatura ao Programa Regressar abrangendo 17 utentes.

- Novos utentes – 15.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

| N.º processo | Autor da Ação | Fase processual |
|---|---|---|
| 192/20.2BEVIS | Meo - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A. | O Município deduziu contestação |
| 42/21.2T8NLS | Município de Nelas | O réu apresentou contestação |
| 80/21.5BEVIS | Paulo Costa | O Município deduziu contestação |
| 154/21.2T8NLS | Comissão Nacional de Proteção de Dados | O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa |
| 2357/21.0T8VIS-A | Município de Nelas | O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS |
| 456/21.8BEVIS | Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 519/23.5BEVIS | Certificoimbra, Lda | O Município deduziu contestação |
| 520/23.9BEVIS | Certificoimbra, Lda | O Município deduziu contestação |
| 174/24.1BEVIS | Adelino de Almeida Pais | O Município deduziu contestação |
| 335/24.7BEVIS | STAL | O Município deduziu contestação |
| 346/24.2BEVIS | Sónia Carvalho Conceição | O Município deduziu contestação |
| 347/24.0BEVIS | Paulo Jorge Borges Pinto | O Município deduziu contestação |
| 700/24.0BEVIS | João Carlos dos Santos de Matos | O Município deduziu |

| | | |
|---|---|---|
| | | contestação |
| 703/24.4BEVIS | Carlos Alberto Costa | O Município deduziu contestação |
| 706/24.9BEVIS | Francisco da Fonseca | O Município deduziu contestação |
| 22/25.9BEVIS | STAL | O Município deduziu contestação |
| 310/25.4BEVIS | Embeiral - Engenharia e Construção, S.A. | O Município deduziu contestação |
| 521/25.2BEVIS | Génese Positiva - Construções Unip. Lda. | O Município deduziu contestação |

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

a) Dívida de médio e longo prazo: 7.358.289,78 €

b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores C/C e outros credores: 485.061,89 €

c) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores de investimento: 649.348,70 €

d) Faturas em conferência: 9.357,97 €

e) Faturas em pré-registo: 448.985,19 €

f) Financiamentos contratualizados/visados por utilizar: 1.020.447,09 €

g) Responsabilidades contingentes 2021: 1.297.779,00 €

h) Provisões/Responsabilidades contingentes (2013/Outras): 179.524,27 €

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Presidente da Câmara remete para os documentos que foram enviados aos Senhores Deputados?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Alguém quer usar a palavra sobre este ponto 2.1 na informação do Senhor Presidente da Câmara? Julgo que toda a gente recebeu. Muito obrigado, Senhor Presidente, pela ajuda. Ninguém quer usar a palavra.

Passamos ao ponto 2.2 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal.

Muito bem, sobre a questão do Regimento, a sugestão também da Mesa, neste caso, que eu faço aos Senhores Deputados e gostava de ouvir a vossa opinião é que nesta Assembleia, em concreto, apenas se faça a alteração da Capa do Regimento a dizer que é de 2025 a 2029. E, sob proposta nossa, se assim o entenderem, criaríamos uma Comissão, que pode ser pelo mesmo método, em que os nomes podem ser dados *a posteriori*, para poder fazer um trabalho mais exaustivo sobre o novo Regimento, até que porque no último Congresso das Assembleias Municipais saiu um novo documento, também, base de trabalho para a modernização, no fundo, dos Regimentos das Assembleias Municipais e em que, no fundo, pudéssemos atualizar, com mais tempo, com mais calma, com os contributos de todas as Bancadas, este Regimento.

Eu sugeria um prazo máximo para haver um trabalho, digamos, para haver tempo para isto, até junho. E em junho aprovaríamos um novo Regimento atualizado com os contributos.

Portanto, não, a alterar não há nada. No Congresso, há atualizações, há atualizações que, de forma genérica.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Foi alterada alguma coisa na Lei?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não, não. A Lei é a mesma, simplesmente, continua a mesma Lei. Sim, é o que está aqui plasmado. Não. A questão é: Há um trabalho, elaborado por algumas por algumas pessoas, que foi apresentado no Congresso também das Assembleias Municipais, onde atualiza, de alguma forma, a interpretação, até a interpretação da própria Lei à realidade atual. Esta é a interpretação que eu tenho, julgo, que eu tive.

Agora, como era impossível. Não haveria tempo. Só isto daria para quase uma Assembleia, se estivéssemos aqui fazer grandes alterações. Eu sugiro: Alteramos o 2025 para 2029. O Regimento também esteve aqui. Acho que não vai. Será válido para mais 2, 3 sessões. E nessa altura apresentávamos um novo Regimento a votação, já consensualizado entre as partes. Facilitaria a vida, para não estarmos aqui uma Assembleia, só ponto a ponto, a discutir um Regimento, que acho que não seria uma perda de tempo.

Dou a palavra à Assembleia. Quem quiser usar da palavra. Senhor Deputado António Sousa, por favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Só quero fazer uma pergunta: Estas propostas de alterações foram discutidas no Congresso da na Associação Nacional de Municípios? No Congresso, não, no Congresso de.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- De Assembleias Municipais.

O Senhor Deputado António Sousa:

Ah, pronto. Ok. Peço desculpa. Mas há um documento sobre isso?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Há. Será enviado com certeza. Pedi aos Serviços para ser enviado. Sim, sim. Faria parte. Até faz todo o sentido. Mas faria parte, faz parte já dessa base para, obviamente, é uma base de trabalho que já está feita. Foi feita por Juristas, por alguém que também está essa base de trabalho. Aliás, no fundo, julgo que esse documento foi construído nessa base para poder dar alguma robustez jurídica aos novos regimentos, portanto, agora, adaptado, obviamente, depois à realidade de cada Município.

Mais algum Senhor Deputado se quer pronunciar sobre isto? Portanto, votaríamos a alteração da data do Regimento, que se mantém. É isso que propomos? Terá que ser alterada, obviamente, a data que tem que ser aqui feita apenas e único ponto. É o único ponto a ser alterado neste Regimento.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Um pormenor: Se não for alterado o Regimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não, não é alterado. É só a data.

O Senhor Vereador António Sousa:

- É o que diz a Lei. Está em vigor o Regimento anterior. O problema da data e da última página que diz lá também que foi em dezembro de 2020 e não sei quantos, é um pormenor que não interessa nada para aqui. Portanto, o Regimento que está em vigor é este.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É este. Então, vamos votar este. Mantém-se. Pronto.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Porque, a ser alterado depois, nessa altura é que tem que se votar. Para já, a Lei diz que é este.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É este. Muito bem. Então, sobre a questão da criação da Comissão da Revisão do Regimento, estamos de acordo. Quantas pessoas, alguém sugere o número de pessoas? Uma, três?

Pronto, então, com os mesmos números criados para a Comissão que fizemos, anterior, mantemos a mesma para fazer a atualização do Regimento da Assembleia Municipal.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade?

Vamos passar, nesta fase, ao ponto 2.3 - Relatório dos Revisores Oficiais de Contas referente ao 1.º semestre de 2025 – Conhecimento. Senhor Presidente, quer-se pronunciar neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Rapidamente, só para o apresentar, independentemente de algumas questões que surjam, como é natural, porque estamos a falar de um Relatório Preliminar Intercalar. Daí, o primeiro semestre. E, portanto, só no final do ano é que podemos acompanhar e aferir toda a situação económica e financeira.

Dizer-vos ainda que estes resultados não espelham as Depreciações e as Amortizações que têm um impacto muito significativo no Resultado Líquido do Exercício Fiscal do ano, precisamente, por serem documentos intercalares.

Dar só 2, ou 3 notas. O Ativo Líquido aumentou em cerca de 1,3 milhões de euros. Está expresso na página 10, que devido, principalmente, ao Saldo de Caixa, das verbas do PRR, adiantamentos no PT 2030 para as Escolas e Centros de Saúde, ou USF, como entendam. Mas também, por exemplo, o aumento de Ativos Fixos Tangíveis que se tornaram, naturalmente, com o aumento do edificado, como um Proveito.

O Passivo diminuiu 260.000,00 euros, também na página 10, devido, principalmente, à diminuição da Dívida a Fornecedores e outras Contas a pagar e aos Deferimentos. E está espelhado nos próprios Deferimentos.

Na Demonstração de Resultados, aponta que o Resultado Líquido no período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2025, o mesmo foi positivo em 161.247,00 euros. E que as rubricas com maior alteração, face ao mesmo período de 2024, ou seja, o período homólogo, foram as transferências e subsídios correntes obtidos, com o aumento de 238.000,00 euros, em especial devido ao aumento das Transferências de Capital devido aos Projetos financiados de PRR e PT 2030 e com os custos das mercadorias vendidas, matérias consumidas.

E, depois, vem discriminado com uma parte que é importante. Havemos de falar, muito provavelmente, sobre isso. Houve reunião, hoje, no Planalto do Beirão, que é: A partir de 2027, haverá uma taxa única para todos os Municípios que fazem parte do Planalto do Beirão, no que concerne a Saneamento. Mas quando houver mais informação, eventualmente, na Assembleia de fevereiro, voltaremos ao assunto. Hoje não faz, não faz sentido falarmos com isso.

Dizer-vos que há também um aumento com os gastos com o Pessoal. Deixo isso mais, exaustivamente, para quando debatermos a questão do Mapa de Pessoal. Mas tem a ver, basicamente, também com o facto de a Consolidação aumentada no número de Funcionários da delegação de competências, que neste momento são cerca de 100 Funcionários só na delegação de competências.

Dizemos, também, como aqui foi dito: Há um diferencial do que é o cálculo da almofada financeira que vem no Ministério. É uma queixa de todas as Autarquias no erro do cálculo. E o

erro do cálculo e do que são valores, à volta de 1,8 milhões de euros de diferencial negativo. Já tem sido reportado isso à DGAL, à DGEST, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Coesão, ao Governo. Já de há muitos anos a esta parte, desde que começou. A delegação de competências começou em abril de 2022 em funcionamento e já em 2022, tinha este diferencial negativo, que foi, naturalmente, aumentando ao longo dos anos.

Tem muito a ver com 3 coisas em particular: O cálculo mal feito da contribuição da Segurança Social, a questão dos seguros e, particularmente, na questão do cálculo dos vencimentos, onde não foi contemplado o acelerador de carreiras, os aumentos de interclasses. E, portanto, há aqui um diferencial que foi aumentando, connosco e com os outros. Os outros, nós temos sido solidários com os outros, porque também é uma questão que nos diz respeito. Mas, obviamente, nós também temos seguido o nosso caminho, independentemente de terem em feito a exposição, nós também o fizemos.

Portanto, estamos a falar de, grosso modo, relativamente ao igual período do ano passado, já que temos o aumento da liquidez da Autarquia, o melhoramento da autonomia financeira, a diminuição de gastos com o Pessoal em relação aos custos operacionais. Ou seja, o que é reportado, diria, sacado à Receita Corrente, a diminuição dos gastos com o Pessoal em relação aos custos associados, uma vez que temos aqui uma questão de gente que passou, que se aposentou e que fomos colocando também através de concurso, outros Funcionários. Mas o número manteve-se estável ao longo deste período.

Dizer também que continua a melhoria dos Indicadores Orçamentais, principalmente, no aumento da Receita Corrente e de Capital. Naturalmente, a cobrança da Receita Corrente e da de Capital, do adiantamento das verbas do PRR e do PT 2030 e que a Receita Total cobre o total das Despesas e que as Despesas de Capital aumentaram e as Despesas Correntes diminuíram, aumentando também o investimento.

Há um controlo da Receita, que está na página 15 e que pode ser evidenciado nos Mapas das páginas 16 e 20 e que posso falar no aumento das Transferências de Capital com os Projetos financiados, como tínhamos aqui evidenciado. Não vos vou maçar muito com esta questão. No próprio documento que vem aí aferido é o prazo médio a Fornecedores. É de 57 dias, abaixo de 60 dias, na página 27. E que os Fundos Disponíveis estão, perfeitamente, inscritos na página 28.

Dizer-vos, ainda, que há uma redução, no primeiro semestre, do montante líquido da dívida e que a Autarquia aumentou a margem de capacidade de endividamento, de 2021 para este período homólogo, de 1.6 milhões de euros para cerca de 5 milhões de euros.

Eu resumi, assim, muito rapidamente. Gostava de ter sido mais profundo. Mas volto a dizer que este documento é um documento que nos permite estar a ir acompanhando o que é a execução financeira da Autarquia e é um documento intercalar, importante, naturalmente, para vermos o acompanhar, mas só no Relatório final, quando fizemos a Prestação de Contas e estiver o Relatório é que podemos aferir mais concretamente o resultado do exercício financeiro de 2025.

Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer fazer uso da palavra? Senhor Deputado Daniel Marialva. Mais alguém? Faz favor, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Daniel Marialva:

- Ora, muito boa noite. As minhas saudações ao Senhor Presidente da Assembleia, às Senhoras Secretárias, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores, aos meus Colegas Deputados e ao Caríssimo Público.

Eu, o que vinha aqui dizer é realçar alguns números que estavam, realmente, aqui no Relatório, mas já tive aqui uma ajuda por parte do Senhor Presidente, que já adiantou. No entanto, eu queria ressalvar que, realmente, este resultado do primeiro semestre vai ao encontro daquilo que têm sido os resultados dos anos anteriores, que é saldo positivo.

Eu acho que isso é de saudar numa gestão camarária porque, infelizmente, não tem sido assim durante muitos anos. E, realmente, este tem sido, em Nelas, já desde 2022 tivemos 790.000,00 euros de superavit. Tivemos em 2023, 800.000,00 euros. Tivemos em 2024, 103.000,00 euros. E, pese embora seja ainda um primeiro número que depois terá que ser aferido no final do ano, mas já vamos com 161.000,00 euros. Mas são sempre saldos positivos.

Relativamente também aqui a alguns valores que estavam apresentados, eu não vou, obviamente, falar porque o Senhor Presidente da Câmara já falou, mas queria saudar apenas aqui, na página 29, realmente a parte do que respeita aos mecanismos de recuperação financeira e estamos bem longe deles. Estamos 5 vezes menos abaixo no que respeita à dívida total do Município. E estamos 2 vezes e meia abaixo da dívida relativamente à média de Receita Corrente Líquida cobrada nos 3 últimos anos.

Isto evidencia que, realmente, a gestão camarária está e continua a ser no caminho correto. Eu disse-o e volto a dizê-lo: Não tenho ideia de um primeiro mandato tão bom como foi este mandato.

Por último, também já foi referido, já existiu em 2024, referente aos números de 2023, uma Moção que foi enviada às Entidades, referente, realmente a este défice, que é apresentado na delegação de competências. E o que mais se estranha é que ele tem sido quase crescente. Em 2022, houve um diferencial de 6.1%. Em 2023 passou a ser 23,5%. E em 2024 foi de 33,2%. E em 2025 vai a caminho de 30.6%. O que é um valor muito grande relativamente àquilo que deveria ter vindo. Não veio. E é suportado pelos custos do Município.

Eu acho que seria tempo de talvez, a meados deste ano, verificarmos se esta condição está a ser corrigida, ou se há compromisso de ser corrigida, eventualmente, seja em qual for o Governo, nós temos que reivindicar aquilo que é nosso.

Era só. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado Daniel Marialva. Mais alguém quer fazer uso da palavra neste ponto?

Passávamos, então ao ponto seguinte: Ponto 2.4 - Discussão e aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026. O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Vou tentar ser, à semelhança do ponto anterior, o mais sintético possível. Só para fazer aqui uma pequena correção ao Senhor Deputado Daniel Marialva. Gostava que tudo o que dissesse fosse, completamente, como disse, mas o resultado líquido de 2023 foi negativo. Compensou o resultado líquido final, ao longo do mandato, de 2022 e 2024, que são positivos e cobrem, largamente, o de 2023. Mas o de 2023 foi negativo. O seu a seu dono. O de 2025, certamente, esperemos nós, também seja positivo, embora uma Autarquia não é uma Empresa, não é para distribuir lucro. Mas também tem que haver o equilíbrio e o bom senso de maneira a não incorrermos em nada que devamos.

Posto isso, sobre o Orçamento do ano de 2026, dar só os traços gerais e depois, naturalmente, prestar os esclarecimentos. Quando foi da reunião de Câmara, tivemos tempo para debater, profusamente, diria eu, o Orçamento. Não quer dizer que nós não o tenhamos também.

Estou aqui a olhar para a Espada de Cronos e as 23 horas e 9 minutos. Mas a Democracia é como é. À hora que tiver que terminar, termina. Portanto, não haverá problemas, mas da minha parte vou tentar resumi-lo o mais possível.

O ano de 2026 assumiu-se, como em muitos outros anos, mas este em particular, é um ano com desafios, particularmente, relevantes. O primeiro prende-se com o PRR. O PRR, como sabem, termina em 30 de junho de 2026, o que é parte do edificado. E a parte, digamos, do que é processual, com a parte administrativa, a 30 de agosto, também do mesmo ano.

Quer isto dizer que, naturalmente, os prazos são apertados para 5 empreitadas importantes e decisivas que estão a ser levadas a cabo, as duas Escolas Sede, Secundárias, de Canas de Senhorim e de Nelas. O mesmo se reportando às 2 USFs e à Requalificação do Centro Urbano de Santar.

Portanto, nós temos feito um acompanhamento grande à empreitada. Há desenvolvimentos grandes de um de um momento para o outro. O Cronograma está a ser respeitado, mas a margem é curta. E, portanto, sobre nós impende uma questão muito importante, que é o prazo de execução. As regras são claras. E os Projetos têm que estar concluídos, fisicamente, em 30 de junho de 2026.

Naturalmente que há consequências se não forem cumpridas. E, portanto, não há nenhum Presidente da Câmara, Não há nenhum executivo, Não há nenhuma Câmara, não há nenhum deputado da Assembleia Municipal, Não há nenhum de nós que estamos aqui que gostasse que isso acontecesse apesar das diferenças que nós temos porque, acima de tudo, está o nosso território e o nosso Concelho.

Dizer-vos ainda que lançámos o convite, extensivo à Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal poderá dirigi-lo depois, informalmente, ou contactar os Senhores Membros da Assembleia Municipal para uma visita, um périplo, por estas 5 empreitadas, em particular, com o acompanhamento do que é o projeto e o acompanhamento do que é a taxa de execução e ver isso *in loco* no próprio local. E não só falar-vos, ou com algumas fotografias.

Dizer-vos que um dos equipamentos, pelo Empreiteiro e pela Fiscalização, estará pronto no dia 31 de março. Mas eu já não me atravesso com nada porque a nova conduta, já vamos aí, eu, o meu coração generoso, tentou apontar uma data e depois o PT 2030 pregou-me uma rasteira. Mas poderei dizer que até abril, seguramente, a USF, até porque já está, claramente, em velocidade cruzeiro, a USF Coração da Beira de Canas de Senhorim estará concluída. O mesmo Empreiteiro que tem a USF da Estrela do Dão, de Nelas, diz-nos que até junho, início de junho, estará concluída a USF de Nelas. Chegamos a visitar tanto numa, como noutra, nestes equipamentos estamos, direi eu, tranquilos, ou moderadamente tranquilos.

No que concerne às Escolas tem sido mais complexo. Estamos a falar de empreitadas de outra envergadura. Estamos a falar das 2 Escolas, empreitadas de cerca de 8 milhões de euros e com uma amplitude de intervenção muito grande. E, portanto, naturalmente, o que são, toda a gente sabe isso, mas é bom dizer uma que tem havido, às vezes, algum ruído público. Nós não definimos o valor. O valor que é atribuído é consoante o metro quadrado. Portanto, se a instalação tem x metro quadrado, é o valor de referência vezes aquele metro quadrado para fazer a requalificação.

Daí, por exemplo, que a USF de Canas de Senhorim tem um valor inferior à USF de Nelas, uma vez que a USF de Nelas é bem maior. E, portanto, tem a ver, basicamente, com essa matéria.

Estava eu a dizer, nas Escolas vai ser mais complicado porque implica uma intervenção de fundo, embora as obras estejam a decorrer também ao ritmo e dentro do que é o Cronograma.

Mas a decorrer do que é dentro de um Cronograma onde a margem de manobra é muito reduzida, é complexo e, portanto, isso vai acontecer. Naturalmente que é outra coisa para, de alguma forma, nós, o mito urbano que foi criado: O PRR é comparticipado a 100%. Não é bem assim, como é óbvio, há uma comparticipação a 100%, mas essa comparticipação não cobre a tudo, do que é no decorrer da obra. Naturalmente e que tem a ver com as contrapartidas do que é o orçamento.

Os contentores não faziam parte do que estava consignado na obra. Mas são precisos e o Município teve que o suportar do Orçamento Municipal e tem expressividade. E está aí no Orçamento, inclusive, como os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas o podem atestar. Da mesma forma com a USF de Nelas onde decorreu a COVID-19, aquele espaço da COVID-19 que era a antiga UCC, a Unidade de Cuidados Continuados, onde estava a Santa Casa da Misericórdia, por exemplo, não estava contemplado no Projeto.

Também não fazia sentido uma parte do Projeto ser intervencionado, outra também e o meio deixar de ser intervencionado. E, portanto, foram trabalhos complementares, absolutamente, necessários.

Quer isto dizer que o ano 2026 tem que contemplar isso porque não pode, de alguma forma, ficar de fora a questão da conclusão das obras do Plano de Recuperação e Resiliência.

A outra questão também tem a ver com os Investimentos de Coesão Municipal, que tem a ver com a ideia do equilíbrio entre o que é a coesão territorial. Tanto o PRR, como o PT 2030, apontam para Projetos mais estruturais, de fundo, de um território inteiro.

Não são as escolhas dos Municípios. O caminho que nos apontam é aquele, com aquelas regras. E nós temos que ir a jogo, desculpem a expressão, com as janelas de oportunidades que há, com os financiamentos e com as regras, perfeitamente, definidas.

E foi isso que nós, naturalmente, fizemos, mas o que se, de alguma forma, conseguimos em Projetos que tinham financiamento inferior e passaram a ter um financiamento superior, seja a Escola Secundária, seja o Centro de Saúde, permitiu-nos equilibrar com o equilíbrio que pusemos nos Investimentos de Coesão Municipal com as obras de proximidade com as nossas Juntas de Freguesia.

Grande parte, está executado. Gostaríamos de concluir também, naturalmente, o que falta em 2026. O PT 2030, que está a decorrer, há outras questões que também são importantes, que são: Um, já está em andamento, ou seja, o Aviso-Convite direcionado que foi feito no PT 2030 para a APR, que está também em funcionamento e a empreitada a andar, numa das fases, a bom ritmo, que é a fase das condutas de ligação às Áreas de Acolhimento Empresarial.

Uma outra, que ainda está atrasada, que tem a ver com a própria ETA, precisamente, com o espaço ser um espaço que precisa de uma compactação forte por estar em zona freática muito elevada e que já tivemos alguns constrangimentos, para dizer as coisas de uma forma mais suave, com a Vala de Oxidação da ETAR de Nelas III, que agora, no que concerne à APR, o mesmo com a ETA da APR.

**Comentado [MJ1]:** Isto é mesmo ETA? Ouvi de novo e parece.

Independentemente do que seja o financiamento que houve, vai haver um reforço. O projeto contemplava o aproveitamento de 800 $m^3$ diários de água, reutilizada para consumo para fins industriais. O que nós pedimos foi para que o próprio Projeto, já a caminho do Projeto, mas tem que ser com a implementação do Projeto isso feito para conseguirmos e há capacidade, alegadamente, para chegarmos ao dobro, ou pelo menos, para um aumento de 50%, uma vez que não nos resolverá, nem uma parte da parte industrial que precisa dessa água residual. Naturalmente que haverá outras questões, como as obras que decorram, de mais pequena monta e de proximidade, embora a curva seja apertada

Dizer-vos 2 coisas que são importantes: Para além disso, já estão concluídas as Redes Culturais e de Transição Digital. Passou por equipamento de cinema e de iluminação e de som do Cineteatro. O Radar Social, que é um Programa que está a decorrer. E dizer-vos que está tudo preparado para, eu não vou, não volto a dizer a mesma coisa, não vou falar em prazos porque a última vez que falei em prazos da nova conduta, a coisa não me correu bem. Nada bem, diga-se. Mas continua a ser um imperativo procedermos à construção da nova conduta central.

A nova conduta central tem uma implicância em cerca de 60% do abastecimento do consumo humano do Concelho porque deriva para o abastecimento de tudo o que são reservatórios do Concelho, grande parte. Como vos disse, sensivelmente, 60%. E também porque, além de tudo, é em fibrocimento e já é uma conduta da década de 1960.

Além disso, há as ruturas que, naturalmente, têm um impacto na vida das pessoas muito grande, que têm constrangimentos diversos e que têm perdas de água. As perdas de água não se vão resolver, milagrosamente, obviamente, com a construção da nova conduta central. Mas, em paralelo, há um facto que identifica e até no seguimento que houve nas reuniões com os Partidos com assento na Assembleia Municipal, uma questão que tem a ver com a telemetria e com a telegestão, que é uma parte que ficou liberta do PT 2030, onde deixámos consignado a construção da APR. Como houve um Aviso direcionado, esta parte foi libertada, se assim podemos dizer. E é nosso intuito, neste mandato, procedermos ao levantamento e depois à implementação da telemetria e da telegestão da nossa água em baixa.

Dizer-vos que já estão submetidas as 3 candidaturas dos Jardins-de-Infância para fecharmos o anel do nosso Sistema Educativo do que faltava, o Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, o Jardim-de-Infância de Senhorim e o Jardim-de-Infância de Senhorim, Escola do 1.º CEB, que é o mesmo edifício, de Vale de Madeiros.

Dizer-vos que está já a decorrer, de um financiamento de um edifício, que já estava, como nós tínhamos dito, que decorria do CAVES, em Santar, que é um Projeto que já estava edificado. E nós redireccionámo-lo para uma afirmação do que é um território e uma localização, verdadeiramente, estratégica, porque se o Concelho se afirma como Coração do Dão, é, precisamente, em Santar que ganha a sua maior expressividade. E, portanto, foi uma oportunidade que, desculpem a expressão, imperdível, juntar o que pudesse ser um financiamento e transformarmos um edifício que existia e transformá-lo em Museu do Vinho do Dão e da Arte.

Nós celebrámos esse Acordo e está aí de 500.000,00 euros para o Museu do Vinho do Dão. Há um reforço que vai ser feito também para a parte digital. E, portanto, a conclusão do Museu do Vinho do Dão está prevista para este ano de 2026, assim como a primeira fase do Parque Fluvial do Mondego, nas Caldas da Felgueira, que tem 2 financiamentos da APA. Um de 200.000,00 euros em execução e um de Protocolo a celebrar, já assinado de 600.000,00 euros para a segunda fase, que vai da dita Praia Fluvial, como é assim conhecida, até à Ponte de Seia.

Dizer-vos ainda que está com Projeto o Museu do Património e do Megalitismo da Urgeiriça, que não tem financiamento ainda definido. Daí aparecer em financiamento não definido porque é de Projeto, embora esteja bem encaminhado. Mas é, intelectualmente, honesto, deixarmos isto em aberto.

Vem o ano 2026 com oportunidades grandes no que concerne ao *overbooking* do PRR. Há muita obra que estava em PRR, que não foi executada e que foi desistida. E, portanto, os Municípios têm que estar preparados. Nós temos uma Equipa que está, uma Equipa Externa, que só faz candidaturas, que pode fazê-las num espaço curto de tempo. As candidaturas vão ser candidaturas-relâmpago, quando elas chegam, como eles chamam. Podem ser, eventualmente a decorrer em 5 dias. E, portanto, temos de estar preparados dessa maneira. E temos de estar

preparados, como todos os Municípios estão a fazer na CIM, com as suas Contas e com os seus Orçamentos aprovados o mais, atempadamente, possível.

Dizer-lhes que o valor que temos aí de 41.305.000,00 euros tem a ver, basicamente, com o valor substancial e dentro do PRR. Estamos a falar dos 21,5 milhões de euros de investimento. Cerca de 16 milhões de euros são Investimento de Despesas de Capital. E desses 16 milhões de euros, 11.5 milhões de euros são de PR e destes investimentos que vos acabei de falar. O remanescente decorre, por exemplo, da APR, que são 3.3 milhões de euros e a nova conduta, que são cerca de 2 milhões de euros. Portanto, podem aferir que o valor da Despesa de Capital é, perfeitamente derivado dessa questão.

Dizer-vos, ainda, que a Despesa é sopesável no que é a Despesa do Pessoal com a Receita Corrente e está um equilíbrio grande. E já voltamos depois a seguir, até o documento também foi, devidamente, apresentado. Eu teria aqui, como fiz, como fizemos na reunião de Câmara, muitas das rubricas desagregadas para se perceber melhor.

Voltarei lá, se assim o entenderem também e devolveria, portanto, o que é a participação, neste ponto, às Senhoras e aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado António Sousa. Faz favor. Tem a palavra.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu pedia à Mesa que depois esta minha intervenção fosse dividida em duas, porque primeiro quero fazer umas perguntas e depois, conforme a resposta às perguntas é que posso continuar. São fáceis também, é coisa fácil, bem rápida.

Senhor Presidente, aqui no Orçamento, aparecem-nos aqui umas Responsabilidades Contingentes. Estão aqui uma quantidade de elas e com valores, alguns, altos. Algumas até são coimas e os valores que aqui estão até são as coimas mínimas. A minha curiosidade é só para saber o que é que é isto. A que é que se refere cada uma destas coisas. Algumas são pequenas. Não têm grande problema.

Outra coisa era relativamente. Como? A página onde está isso? É a página 11. Não estou a falar do Orçamento. Estou a falar no Relatório do Orçamento. Ok. Não está escrito nada. Ah que estão aqui? Estão 8 mil euros, depois 35 mil euros, 7 mil euros, 13 mil euros. Algumas são maiores. São uma quantidade delas. Algumas são maiores. São, umas, 480 mil euros. Sim, mas é para saber o que é? Também é por causa dos valores.

Agora, relativamente mesmo aos documentos do Orçamento. Eu estive aqui a ver, há aqui um documento que se chama Demonstração de Resultados, por natureza, a provisionar a 31 de dezembro de 2026. Se bem entendi, isto é aquilo que se prevê. Por isso é que é provisional do que será a Demonstração dos Resultados ao fim de executar o Exercício.

Claro que há aqui e estão aqui valores que não têm nada a ver com o que está no Orçamento, porque é natural. Alguns deles até podem ter lógica, que não seriam iguais, ou alguns nem estarem cá. Mas há um aqui que me causou aqui uma estranheza, que são os gastos com o Pessoal. Os gastos com Pessoal é aquilo que é quase certinho de executar, não é?

A maioria das vezes até se executa mais do que aquilo que está orçamentado porque há sempre mais Pessoal que aparece, que é contratado, ou houve aumentos que não estavam previstos. E no Orçamento está para gastos com Pessoal 8.729.000,00 euros. Ok? Neste documento da Demonstração dos Resultados para 31/12/2026 só estão 7.666.000,00 euros. Porquê está este valor aqui? Provavelmente tem uma explicação. Eu não a consigo encontrar aqui nos papéis. Mas, provavelmente, terá. Ou pode haver um engano. Também pode acontecer.

Gostava que fosse esclarecido relativamente a estes pontos. Para já, obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- As Responsabilidades Contingentes e aproveito, se o Senhor Deputado não se importar para falar só de 2, ou 3 questões rápidas, porque também estão aqui. Uma tem a ver com as chamadas Despesas Irregulares de 2013 e 2021. E fazer um ponto de situação.

As Despesas Irregulares de 2013 estão já pagas durante o Exercício deste, deste não, do mandato anterior de 2021 a 2025, uma parte substancial. Outra parte já está acordada do que decorreu de uma Transação Judicial, que vai ter um peso enorme e já vem repercutido no Orçamento, com a empresa, é público, com os Irmãos Almeida Cabral, que tem um peso de quase 500.000,00 euros, só em 2026.

E, portanto, estamos a falar de um impacto grande na gestão do que possa ser feita disso e o que impende do que foi o Acordo Judicial possível. Ganhámos nos juros vincendos, mas os vencidos, os juros, temos que os pagar. Portanto, de alguma forma, não deixa de ser um bom acordo, por teoria, mas na prática vai ter que ser pago de uma forma, apesar de ser fracionada, com uma carga muito seguida, ao longo de 12 meses, em 2026.

Dizer-lhe que reiterámos, outra vez, o pedido, já é a terceira vez, à Inspeção Geral de Finanças sobre as Despesas Irregulares de cerca de 1.4 milhões de euros das Despesas Irregulares de 2021. Mas até agora, a Inspeção Geral de Finanças ainda não nos notificou, independentemente de mandarmos o dossier e enviarmos toda a documentação que havia e ainda não temos resposta quanto a isso.

Neste caso concreto, o que o Senhor Deputado falou, muito tem a ver nas Despesas Contingentes. Temos aqui Processos que decorrem alguns ainda no âmbito de 2013. Outras questões que tem a ver com algumas Coimas que possam decorrer e que possam estar em Contingência, nomeadamente, da APA, de Despesas Ambientais que já vinham do passado, mas que têm que estar consagradas. Não vem a relação. Embora eu ache, independentemente de falarmos nisto, tanto as Despesas, sim, mas faltava o resto. Sim, está lá. Está aqui. Mas quer de todas? Então, sim, sim. Não há problema. Sim, mas só para dar uma ideia.

Portanto, as dos 35.000,00 euros, causados em propriedade alheia, decorrem, ainda de 2021, de um Processo que decorreu de uma intervenção da Câmara, ainda do mandato anterior, de 17 mil euros, da ASAE. São coimas aplicáveis de uma disposição jurídica, de 2018, também da ASAE, de 2019, coimas aplicáveis, de 13 mil euros que tem a ver com a Feira do Vinho e com o Mercado Digital. Não sei se o Senhor Deputado se recorda, foi feita uma venda *online* e houve uma queixa, houve várias queixas. E, portanto, a estas Despesas está Contingente e não está resolvida, por exemplo.

Tem processos de contraordenação normais, com a APA Centro, que nós estávamos a falar. A APA, o que decorre é de 2020. Tem a ver com as questões da ETAR de Nelas III e as descargas, eventualmente, regulares, ou não irregulares. Temos uma de 39.563,00 euros, que é do início de 2021, que tem com o Eurest, considerada de apoios a restaurantes, que na altura o Executivo de então, interpôs um valor que não foi considerado que fosse o correto o cálculo do valor que a empresa fez e a empresa avançou com esse procedimento. Temos, por exemplo, o IGAMOT, a ERSAR, a APA. Não sei se há mais alguma, em particular, que o Senhor Deputado com o Senhor Deputado queira.

A Ação de Rescisão do Contrato, de 488.000,00 euros é o Mercado Municipal, mas posso só aduzir informação? Um minuto. Tem a ver com uma coisa: O Mercado Municipal tem, o

Empreiteiro do Mercado, também é público, acho que não estou a ferir a Proteção de Dados, a CerciCoimbra era o Empreiteiro de 2 investimentos no território, com 2 Donos de Obra diferentes. Um, a Câmara Municipal, o outro, da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Ora, o Mercado Municipal de Canas de Senhorim teve umas questões ali menos esclarecidas. E, portanto, o Empreiteiro queria que fosse colocado na resolução do Mercado Municipal de Nelas a mesma questão do Mercado de Canas de Senhorim.

O que nós respondemos é que uma coisa não tinha a ver com a outra, porque o Mercado de Nelas, o Dono de Obra é a Câmara. O Dono de Obra do Mercado de Canas de Senhorim é, naturalmente, a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Não invalidando que, logo no início do mandato, em dezembro de 2021, se a memória não me atraiçoa, fizemos até aqui uma transferência, uma delegação de competências no valor de 50.000,00 euros para a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, para colmatar isso, sob pena de perdermos a candidatura que estava feita à ADD, à Associação de Desenvolvimento do Dão, da qual fazemos parte.

Entretanto, resolveu-se tudo. A taxa de execução é elevadíssima. Estamos a falar, Senhor Deputado, de 95%, 96%. São os dados oficiais que são feitos, tanto da fiscalização, como pelo Dono de Obra, dos Serviços da Câmara e com a anuência do próprio Empreiteiro.

Entretanto, a questão para resolver, nós, para resolver as questões, também nos colocámos como intermediadores, digamos assim, para resolver a questão do Mercado de Canas de Senhorim. E no dia em que íamos celebrar o Acordo para resolvermos até a questão dos próprios Mercados, disponibilizamo-nos a isso, inclusive para deixar, desculpem lá a expressão, para deixar, claramente, evidenciado, até no seguimento do que era o Empreiteiro, nesse mesmo dia da reunião que nós reuníamos que o empreiteiro, o Senhor Deputado, julgo para às 10:00 horas, ou às 11:00 horas, por aí. No mesmo dia, logo de manhã, tinha entrado o Processo.

Portanto, entretanto, durante este tempo todo, bloqueou muito do que era o terminar da obra do Mercado Municipal. Entretanto, fomos notificados que já podíamos avançar para isso, até pela CCDR, que também, naturalmente, consultámos, uma vez tinha uma Impediência Jurídica, dizemos assim. Recentemente, foi-nos dito que podíamos avançar porque uma coisa é a conclusão da obra, outra coisa é a questão jurídica a decorrer. E é o que estamos a fazer para concluir o Mercado e com a convicção pura que a razão que nos assiste.

Mais algum, Senhor Deputado? Mais alguma coisa que queira? Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Deputado António Sousa tem mais alguma questão a colocar? Não vai ficar em ata, Senhor Deputado, se não vier falar cá em cima.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não é nada. Isto ainda decorre do que foi o do Exercício do mandato anterior, que tem a ver com Trabalhos Complementares de faturas que não estavam, devidamente, validadas. E, na seguinte, Senhor Deputado, naquela de 42.000,00 euros? Ação Administrativa respeitante a trabalhos executados no ano de 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, só um minuto.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Relativamente a estas coisas da APA, da APA, disse-me alguns que já são antigos, não é? Mas há alguns aqui que estão de 2023. Isto, algum deles tem a ver com aquela Estação Elevatória, junto às Bombas de Gasolina, quem vai para Seia?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não. Tem a ver com a ETAR de Nelas III.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Diretamente com a ETAR de Nelas III. Esta Estação Elevatória continua a deitar muito, pois.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, se fosse só essa.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Mas também essa é talvez a pior.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Mas também é.

O Senhor Deputado António Sousa:

- E mais, é aquela que está mesmo à vista de toda a gente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu sei, Senhor Deputado, mas o Senhor Deputado, lembra-se de vir cá, se a ideia que o Senhor Deputado e eu comungávamos na ideia da construção da ETAR fosse no espaço que estava reservado para ser, se calhar, não tínhamos este problema, pois não, Senhor Deputado?

O Senhor Deputado António Sousa:

- Estamos a falar de um problema da quantidade de poluentes para essas estações elevatórias, o principal problema são as águas pluviais que estão canalizadas nos esgotos. E, isso, é um problema que já vem dos anos 80, 90, que, antigamente ninguém ligava a isso e era uma maneira de resolver o problema, foi canalizar para os esgotos. E agora estamos com este problema, porque aquilo acontece quando chove muito. Isso não é quando chove muito. Pronto, isto não tem nada a ver com essa parte.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Deputado. Obrigado, Senhor Presidente. Mais algum dos Senhores Deputados quer fazer uso da palavra?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, espere só um bocadinho. A diferença tem a ver, mais, ou menos, como a parte contingente também. E tem a ver com a dívida do Ministério da Educação e com os Diplomas que possam, eventualmente, surgir. Vou-lhe dar um caso concreto: O Senhor Deputado António Sousa disse uma coisa que é objetiva e real. Portanto, nós temos o número de Funcionários que temos. Eles ganham X vezes 14 meses, mais suplementos, pronto e nós chegamos lá, não é? Nós, entretanto, no que foi na construção do Orçamento para 2025, para este ano, apareceram despesas novas, *a posteriori*, porque a Administração Central nos obriga a fazer.

Houve o acelerador de carreiras, o SIADAP e um encurtar grande entre posições no Sistema Remuneratório. E teve uma implicância grande no que é a própria almofada financeira dotada para os custos com Pessoal. A segunda questão, não menos importante, tem que estar, o Mapa deixa calculado num lado e no outro, a questão deste hiato financeiro que existe entre uma verba que nós temos contemplada para receber de uma forma, ou se não foi reposta. Nós contamos, eventualmente, vir a repor a parte financeira, se, eventualmente, for cumprido aquilo que nos foi dito, à Associação Nacional de Municípios.

Duas outras questões também sobre essa sobre ainda sobre este assunto: Saiu, depois disso, um Diploma legal, em setembro, não sei precisar agora o Diploma legal, que fez novas atualizações também na carreira. O que nos obrigou a fazer uma Alteração Orçamental até para fecharmos o ano. E incidiu, basicamente, mais na Área da Educação. E tem tido a Gestão, a

Gestão do que é o Mapa de Pessoal e as remunerações e a dotação orçamental, tem-se funcionado, como tudo na vida, penso eu, com bom senso.

O que nós temos tentado balizar e já lá vamos depois ao Mapa, ou então se quiser até falo já e junto os 2 e posso falar. O que tem a ver do Mapa, o Mapa, o que temos que tentar fazer é assegurar que o valor global que lá está tem que ser visto como o valor do que é, são todos os Funcionários da Câmara, pronto, não há nada a falar sobre isso. Mas, pronto, aquilo que nós conhecemos como os Funcionários do Quadro da Câmara é uma coisa que vão, vão saindo, vão se aposentando, nós vamos reforçando, mais até nos Serviços Externos, mas o objetivo é manter o equilíbrio. Ou seja, a Despesa com o Pessoal estar espelhada no que é a percentagem sobre o habitual que tem sido despendido pela Câmara, independentemente das transferências de competências.

Eu tenho aqui, inclusive, se o Senhor Deputado só me der um minuto e é rápido, prometo ser rápido. Já estou a ir para o para o Mapa de Pessoal e tudo, também.

O Senhor Deputado António Sousa:

- O problema aqui, não estou a falar da Receita. Ok? Eu estou a falar de Despesa. Como é que é possível no Orçamento ter uma Despesa para Pessoal e na Demonstração de Resultados Previsíveis tem uma Despesa inferior. E a diferença é 1 milhão de euros. É mais de 1 milhão de euros. Ok? Estamos a falar de Despesa. Não é da Receita. Estamos a falar da parte que está à espera que venha. Isso é da Receita.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Isso é da Receita, mas tem implicação na Despesa.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu sei que tem implicação da Despesa. Mas, então, se tem implicação na Despesa, tanto tem na Demonstração, na previsão da Demonstração dos Resultados, como no Orçamento. Mas porque é que é a diferença de 1 milhão de euros? Estamos a falar de um valor que é um valor praticamente fixo. Não estamos a falar de obras e coisas, assim, que podem atrasar, ou não sei quê. Estamos a falar de Despesas de Pessoal, Ok? Despesas de Pessoal. Se prevê as Despesas de Pessoal de 8 milhões e tal de euros, é um daqueles valores que, na Demonstração de Resultados Previsível tem que ser bem, não digo que seja, exatamente, igual, mas tem que ser idêntico, muito idêntico e uma diferença de 12%, que é de 7 milhões de euros. Não. Tem que ser. Desculpe. Algum dos números não está bem aqui.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O que tem que estar bem repercutido é o valor da Despesa, porque é esse com o que nós contamos. O outro, a Demonstração, tem a ver com a expectativa de podermos, eventualmente, receber aquela parte. O que conta mesmo é o que vamos gastar de Despesas.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Estamos a falar em Despesa de gastar. Por isso tem que estar lá refletido. É que é um daqueles valores. Se for outro tipo de coisas, esse argumento pode ser, pode ser.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Deputado, se o Senhor entender, eu posso fazer um acréscimo. Espere, espere. Posso dizer? Esse hiato, se assim o entender, pode ficar no Orçamento com a discriminação sobre essa questão.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Mas não é no Orçamento. Mas o problema não é no Orçamento. O valor do Orçamento, provavelmente, então, o valor do Orçamento é aquele que está correto e este não está correto. Ok? Só estou a perguntar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Deputado, mas se quiser, pode ficar expresso no próprio documento um acréscimo deste, com o compromisso de ficar essa parte, devidamente, evidenciada. Se assim o entender, podemos fazer isto.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Continua a dúvida porque é que está uma diferença tão grande entre o valor que está no orçamento e neste, que é um daqueles casos em que o valor que está no orçamento, na Despesa do Pessoal deve ser, não digo que seja, exatamente, igual, mas tem que, devia ser plasmado no Quadro do Resultado do Exercício, num valor muito idêntico, Ok? Porque e ainda por cima, é menor. Se fosse maior, ainda admitia. Mas é menor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Menor por causa daquela questão que falámos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, sobre este ponto 2.4, termina a discussão. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Vamos passar à votação. Ah, ainda quer usar. Mas o tempo, eu lembro-vos que são 23 horas e 44 minutos. Nós temos tanta coisa ainda pela frente,

O Senhor Deputado António Sousa:

- Fiquei com a dúvida, na mesma relativamente a este ponto. Mas, isso, Ok. Tudo bem. Eu continuo a achar que.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A partir daqui, qualquer coisa, eu apelo que, senão, não passamos disto. Tem a palavra. Vamos tentar adiantar isto.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Então, vamos fazer aqui uma pequena análise ao Orçamento. A Receita prevista no Orçamento de Participação Comunitária em Projetos Co-financiados é muito elevada. É de cerca de 20 milhões de euros da Receita prevista para um total do Orçamento de 41 milhões de euros. São 48% do Orçamento da Receita. Mas é preciso aqui falar de que esta Receita, para existir, porque são a maioria destes Projetos Co-financiados, recebe-se o dinheiro quando a obra está feita, a parte da obra, a maioria dele, recebe.

Tem que ter feita a obra, apresentar a obra feita, paga-a e depois recebe. É assim que funciona, tirando o PRR, provavelmente, Ok. Está bem, mas ainda estamos a falar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A sua metodologia, fazia a intervenção. Se não vamos entrar em diálogo e, então, o seu tempo, perde-se o controlo ao tempo de intervenção.

O Senhor Deputado António Sousa:

- A minha questão continua a ser, exatamente, o mesmo. Importa que para obter essa Receita, primeiro tem que haver obra e só depois é que há depois o reembolso. Há casos até de adiantamentos. E há casos em que há reembolso contra faturas. Se analisarmos o Relatório do ROC do primeiro semestre, verificamos que a Execução Orçamental da Receita de Capital até 30 de junho de 2025 foi de 17,8%, quando o valor expectável para esta Execução devia ser perto dos 50%, porque refere-se a meio ano de atividade.

Isso significa que o Orçamento de 2025 foi, elevadamente, sobrevalorizado, pois, se assim não fosse, as Taxas de Execução Orçamental seriam mais próximas do Indicador que se esperava obter para meio ano de atividade. Ora, como existe um elevado atraso na Execução do Orçamento de 2025, é muito expectável, à semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, que os valores propostos no Orçamento de 2025 sejam completa utopia ao nível da sua execução

em 2026. Como esta natureza da Receita depende de Despesa da mesma natureza, Despesa de Investimento, é, altamente, provável a não execução da Despesa de Capital prevista.

Relativamente à Despesa, as Despesas de Capital somam 21 milhões de euros, cerca disso. E as Receitas de Capital somam os tais 20 milhões de euros. Como já referido, a Receita de Capital expressa um valor, extremamente, elevado, sendo que o Relatório de Informação Financeira do ROC indica que a Despesa de Investimento até 30 de junho de 2025 ascendeu a 1.345.000,00 euros, valor, cabalmente, abaixo do previsto no Orçamento de 2025, facto que indicia que o Orçamento de 2026 apresenta meras projeções de Investimento que não terão execução da sua generalidade no ano de 2026, já que o referido no Relatório do ROC, a Execução Orçamental em junho de 2025 diz que 41% da Despesa reporta a gastos com Pessoal, que é normal.

Lá está, o Pessoal anda sempre muito perto, 30% da Aquisição de Bens e Serviços e 16% reportam às Despesas de Capital. O que reforça a ideia da apresentação de um Orçamento de 2026, ao nível da Receita de Capital, completamente, irrealista. A este facto acrescenta-se que a Aquisição de Bens de Capital prevista para 2027 é de 4.581.000,00 euros. Estamos a falar dos Plurianuais. E de pouco mais de 1 milhão de euros nos próximos anos, 1 milhão de euros por ano. Razão pela qual não se percebe como se pode concentrar um volume tão elevado de investimento em 2026, porque a maioria destas obras são plurianuais e concentra-se tudo em 2026.

Está muito empolado o Orçamento de 2026, sobretudo quando há uma crise, principalmente, quando até há uma crise de mão-de-obra no setor da construção, o que vai atrasar algumas destas obras. Mas não é só um problema da Câmara de Nelas é em todo o lado.

Por outro lado, este Orçamento de Investimento traduz também erros na elaboração da previsão dos anteriores Orçamentos ao contemplar Despesa que não se realizou e que tem vindo a ser, paulatinamente, reprogramada para estes documentos. Só algumas delas já vêm de Orçamentos de há já não sei quanto tempo. E, isto vai avolumando, mais uma vez, este total de 41 milhões de euros.

Então, vamos, então, ao problema da Demonstração de Resultados Provisional, porque a Demonstração de Resultados provisional é a previsão que a Câmara tem de Execução do Orçamento. No fundo, é isto: Tem um Orçamento e depois prevê a Execução deste Orçamento neste Mapa. E o que acontece é que, neste problema das Despesas com Pessoal, a Demonstração dos Resultados, no Orçamento estão 8.729.000,00 euros e no total da Demonstração de Resultados está 7 milhões e tal de euros. A diferença é 1.053.000,00 euros. Não se percebe porque é que estes valores não são muito mais aproximados.

Na minha opinião pessoal, isto, há um erro na previsão do Orçamento, e já chegámos à conclusão que a previsão do Orçamento está correta, ou há um erro aqui na elaboração deste documento. Se o Orçamento está certo, o valor da Demonstração de Resultados está errado, porque a Demonstração de Resultados prevê ao fim, vou lá ver, um lucro de 170.000,00 euros.

Mas, se o valor do Pessoal estivesse com o valor correto, perto dos 8.700.000,00 euros, então deixava de haver um lucro para haver um prejuízo de cerca de 800.000,00 euros. Isto é fácil de perceber porque é que estas coisas são, jogam umas coisas com as outras. Prevê-se até um lucro de 170.000,00 euros. Mas, com ali, um jeitinho no Pessoal, no valor do Pessoal. Os dois documentos não podem estar certos sobre os gastos com Pessoal e alguns documentos apresentam valores fora da realidade espectável.

Contudo, a não consistência entre valores previsionais do Orçamento e da Demonstração de Resultados Previsional, que pode ter explicações admissíveis, algumas delas, como eu disse há bocado, podem ser devido a muito, muito, podem ter razão. Mas, no entanto, as diferenças são

abismais. E tomem nota: Eu só estou a ler aquilo que o Senhor Presidente nos mandou. Não estou a fazer mais nada.

No Orçamento temos 41 milhões de euros na Demonstração de Resultados Provisional, apresentou um total de 17 milhões de euros de Rendimentos. Menos 23 milhões de euros do que no Orçamento da Receita. E nas Despesas, sem as Provisões, prevê, neste documento, 14 milhões de euros. O que corresponde a menos 26 milhões de euros do que está previsto no Orçamento.

Sabem o que é que isto quer dizer? A premiação do Senhor Presidente para a execução do seu Orçamento de 2026, não acredita que este Orçamento esteja correto. Faz um Orçamento muito empolado. Eu só estou a ler os números que estão lá nos documentos. Podem os documentos estarem errados. Faz um número muito empolado. Põe 41 milhões de euros nos Orçamentos, na Receita e na Despesa. E, depois, aquilo que prevê, aquilo que prevê executar são 17 milhões de euros, mais 14 milhões de euros. Quase metade. No caso dos Gastos até é cerca, mesmo, de metade.

Por isso, há aqui qualquer incongruência que não está bem. Ou o Senhor Presidente do Orçamento não é o mesmo Senhor Presidente que fez a Demonstração de Resultados Previsional. Ou, então, o Senhor Presidente que fez a Previsão de Resultados não acredita no Orçamento que apresentou. Pois eu sei que é arbitrário. Acreditamos em tudo. Mas há qualquer coisa aqui que os números não batem, certo.

Por isso, este Orçamento está, realmente, errado de coisas muito complicadas de explicar porque não tem lógica os números que ali estão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Acho que está percebido o seu ponto. Já vamos bem na hora. Muito obrigado, Senhor Presidente, quer usar da palavra?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só 2, ou 3 notas em particular. A primeira é para dizer que eu acredito no Orçamento. É meu. E eu também percebo o Senhor Deputado António Sousa porque estou habituado a vê-lo nos últimos anos a falar desta Bancada a não acreditar em Orçamentos. E, portanto, mantém a sua linha de raciocínio. Já não acreditava nos Orçamentos do Partido Socialista. Já não acreditava nos Orçamentos do PSD dizer.

Dizer, eu ouvi-o, atentamente, Senhor Deputado. Depois, dizer-lhe uma coisa: O PRR termina em 2026. Eu acabei de o dizer, mais que uma vez. O PRR tem lá consignado 12 milhões de euros. Portanto, se termina em 2026, os 12 milhões de euros são para executar, independentemente do que já esteja a andar.

Deixe-me só dizer uma coisa, Senhor Deputado: Os Programas, os Fundos Estruturais anteriores funcionavam da maneira que está a dizer. Os novos, não. O PRR, nós recebemos, antecipadamente. O princípio é ao contrário. Tanto na Saúde, como na Educação, nós recebemos ⅓ do valor global adiantado. Nós e todos os Municípios. O que permite a execução, porque os Autos, está no próprio Programa, eu, não eu sou eu a dizê-lo. Basta consultar o Portal dos Fundos. Basta ir ver os Programas do PRR e do PT 2030. Está lá tudo. É só ler. Estão lá as regras como funcionam, 2026, Execução, Disponibilidade Financeira para os Municípios. A disponibilidade financeira é ⅓ à cabeça que vem do PRR.

Portanto, nós, para a Saúde, para a Educação e para a Requalificação do Centro Urbano de Santar, já recebemos. Como é que funciona aí o que estava a dizer? É sujeito ao Auto da Medição pelo Empreiteiro. O Auto de Medição tem X dias para ser pago porque o dinheiro já existe. E foi isso que fez, que alavancou os Empreiteiros a entrarem nos concursos públicos por

causa do pagamento. E foi feito desta maneira graças ao Senhor Ministro Castro de Almeida, que foi visionário aí e muito bem.

Depois é que é reposto, à medida que vão entrando os autos de medição, vamos submetendo e vem vindo dinheiro. Mas, em abono da verdade, os Municípios, para o PRR, não têm problemas com a sua concretização porque não dependem, nem de empréstimo, nem de Fundos Próprios, porque o financiamento vem logo, garantidamente e este funciona assim.

Eu sei que, repetidamente, tem sido feito isso. Mas é assim. Está lá no Programa Balcão dos Fundos. Tem lá os Fundos Estruturais, está lá o PT 2030, está lá o PRR e como funciona e como se financia. E financia-se dessa maneira. E, depois e muito bem e eu vou-lhe dizer isto com toda a sinceridade porque já nos conhecemos há uns anos suficientes.

O Senhor Deputado António Sousa é dos Deputados mais brilhantes nesta Assembleia Municipal e você sabe-o, que isto não tem ironia nenhuma porque lhe reconhecemos enquanto tal. Já tivemos discussões muito saudáveis, embora as nossas grandes diferenças ideológicas. Mas já concordámos em coisas e discordámos. Faz parte da vida.

Mas dizer-lhe uma coisa, que é simples também, também a questão das Contas. Ora, se não isto é fácil, Senhor Deputado. Então, se 12 milhões de euros são do PRR, se do PT 2030, a APR conclui-se em 2026 e são 3.4 milhões de euros de PRR, 12 milhões de euros, mais 3.4 milhões de euros são 15.4 milhões de euros de Execução. Nas Despesas de Capital estão lá 16 milhões de euros. A Despesa de Capital está quase garantida.

O resto é espelhado nas GOP através das PPI. Está lá, entre outras coisas, os 2 milhões de euros da nova conduta que vai começar agora, que vai ter alguma expressividade em 2026. Mas alguma. Porque, apesar de estar submetido, começar, não começar, há Empreiteiro, não há Empreiteiro, na melhor das hipóteses, começará quê? No segundo semestre de 2026? No segundo quadrimestre de 2026? Provavelmente e obviamente que a Execução não é a mesma.

Não vai ser tão expressivo. Mas vai contar. E, aliás e já está a contar. A mesma forma que as candidaturas ao Jardim-de-Infância que falei não estão todas concluídas, porque é normal, mas já vai executar.

Eu já não precisava de mais. Os 12 milhões de euros do PRR, mais os 3,4 milhões de euros da APR, que tem que estar, obrigatoriamente, também concluída no próximo ano, já dava a Despesa de Investimento e a Taxa da Execução. E, portanto, é só deixar-lhe esta nota. Pronto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Julgo que estamos. Senhor Deputado António Sousa.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Ok. Primeiro, ó Senhor Presidente, está a dizer aquilo que eu disse, porque eu disse, exceto no PRR. Não sabia que no PT 2030 também era da mesma maneira, ou, pelo menos, parecido, não é, exatamente, da mesma maneira. Depois eu falei nos adiantamentos, Ok. Falou-me, estava-me a dizer que só no PRR, em 2026, faz 12 milhões de euros. Perto disso, não é?

Mas isso é o que está. Ah, pois o problema é que há, existe no Orçamento, valores de execuções que já estão feitas. Mas não deviam lá estar. Não tem nada que estar. Ainda não me mostrou onde é que está escrito. O que tem que estar é aquilo, olhe, o Senhor Presidente, desculpe lá, o Senhor Presidente tem aqui uma coisa, logo no princípio, que diz assim: O Orçamento, isto é escrito por si e não por mim: O Orçamento Municipal prevê Receitas e Despesas, Correntes e de Capital, a executar durante o ano, o exercício económico coincidente com o ano civil. É para isso que serve o Orçamento.

Não é para lá pôr aquilo que já está feito. Pronto. Não, é que está a dizer que já começou. Pois, mas isso é que não pode, não pode. E quando está a dizer, eu não desconfio dos Orçamentos.

Eu, quando digo, sempre me ouviu dizer e eu vou repetir aqui porque, se calhar, a maioria das pessoas nunca o ouviram. Para mim, um Orçamento, eu só sei se o Orçamento é bom quando sair a Execução. Ok. Só sei se o Orçamento é bom. Eu, quando crítico.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado António Sousa, acho que o ponto está terminado. Estamos a repetir os argumentos.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Não me estou a repetir. Estou a explicar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu acho que já toda a gente compreendeu isso.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu nunca desconfiei dos orçamentos. Eu só desconfio do Orçamento, quando depois da sua Execução, ele está, ele está, desculpem lá, podem-lhe não agradar a conversa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não, a questão não está em agradar, ou não agradar a conversa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Nós temos aqui é o histórico daquilo que têm sido as Execuções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, agradeço que termine a sua intervenção.

O Senhor Deputado António Sousa:

- A maior parte, têm sido más porque os Orçamentos estavam muito e continuam, exatamente, na mesma. O problema é, exatamente, esse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está concluído o ponto. Há um tempo de discussão. Estamos a discutir a discussão e estão dadas as explicações. Agora, temos que pôr à votação. Então, termine, por favor. É, absolutamente, importante. Eu sei que é importante. Nós podemos estar aqui a noite toda.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Nós temos aqui é o histórico do que é que têm sido as Execuções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, agradeço que termine a sua parte. Está bem?

O Senhor Deputado António Sousa:

- Têm sido más, porque os Orçamentos continuam, exatamente, na mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está compreendido o ponto. Está compreendido. Está, perfeitamente, compreendido, julgo eu. Pelo menos, da minha parte, sinto-me perfeitamente, esclarecido de ambas as partes. Se me dão licença, eu acho que o ponto está terminado, Senhor Presidente.

E passávamos à votação. Ponto 2.4 – Discussão e aprovação das propostas do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2026. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Quem se abstém? Eu não vi nenhum braço no ar. Peço desculpa. Eu não vi nenhum braço no ar. Vou repetir: Quem vota contra? Quem se abstém? Agora vejo braços. Há bocado, não estavam. Não dei tempo. Peço desculpa. Estou com um bocadinho de pressa porque, dado o adiantado da hora, Portanto, temos 12 abstenções. Quem vota a favor? É o resto. Portanto, por alternativa, estamos 28, 12 (abstenções), 16 (votos a favor). Portanto, foi aprovado com 16 votos a favor, 12 abstenções e 0 votos contra. Vai ser lida à minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Discussão e aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. É preciso aprovar a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade. Antes de passarmos ao ponto 2.5, sou obrigado a remeter para a Assembleia o alargamento da mesma, por um período, que eu estimo, pelos pontos que todos temos, de mais de 1 hora, porque passámos 3 horas já de trabalhos. Portanto, passar mais 1 hora.

Quem vota contra a continuação da Assembleia? Temos que prolongar. Temos na mão ainda muitos pontos para terminar. Quem vota contra?

A Senhora Primeira Secretária:

- Há braços que eu não percebo se estão no ar, se estão em baixo. Ponham bem alto. Isso, mesmo, 4, 8. Portanto, não é a Bancada toda, certo? Não, estão três braços em baixo. Portanto, são14, menos 3. São 9 votos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estamos a prolongar os trabalhos por mais uma hora porque é meia-noite. Mas tem que ser submetido à votação. Não percebi. É menos? Olhe, não sei. Eu estou a pôr 1 hora porque os pontos que aqui temos. Eu, por mim seria mais rápido. Mas, portanto, foi posta à votação. Aprovado, por maioria, com 9 votos contra. Quem se abstém? Portanto, apenas 9 votos contra e 0 abstenções.

Então, vamos para o ponto 2.5 - Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026. Agradecia ao Senhor Presidente da Câmara o seu poder de síntese.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só, rapidamente. Acho que um minuto chega. Portanto, o que nós estamos a fazer é um Mapa de Pessoal, que é obrigatório dizer-vos duas coisas. O Mapa de Pessoal, obviamente, qualquer contratualização que é feita passa em reunião de Câmara.

Portanto, o que nós temos aí, os postos novos são os postos novos que eram do ano passado. E têm vindo a diminuir, substancialmente, com o que eram os anteriores. Dos postos ocupados, 244 são da Câmara. E decorrem 109 da delegação de competências, 102 em Educação, um na Ação Social e 6 na Saúde.

Dizer-vos, só para termos uma ideia sobre o que é a Despesa Corrente ao longo dos anos: Em 2020 era de 50%. Em 2021, 51%. Em 2022, 56%. Em 2023 manteve o mesmo valor. Em 2024 baixou para 52%. Em 2025, para 50%. E na previsão para 2026, está em 46%. Os Colaboradores são aqueles que nós evidenciámos no Quadro. Estão adstritos àquela capitalização. O défice da delegação de competências da Educação, à data de 30/11/2025, é 1.840.044,57 euros.

Dizer-vos que houve, já falámos nisso aqui, atualizações obrigatórias, no total previsto para 2026. O que decorre, em todos, com o aumento do salário mínimo. Mas não só. Desde as atualizações remuneratórias, ao salário mínimo. Mas as atualizações remuneratórias, ao abrigo das regras do SIADAP, com o acelerador de carreiras, com o SIADAP, com uma estimativa de 507.142,00 euros neste universo global que herdámos e que cria esta disparidade entre o que é o valor que recebemos e que gerimos, em termos de Recursos Humanos, este diferencial negativo, fruto da Educação, que não tem sido infelizmente reposto. E, portanto, eu deixava só, para já, esta nota, para ser o mais sucinto possível.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Alguns dos Senhores Deputados querem usar da palavra neste ponto? Não? Então passávamos à votação. Ponto 2.5 - Discussão e aprovação do Mapa de

Pessoal para o ano 2026. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, vamos ler a minuta, por favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2026 foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.6 - Discussão e aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2026, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Rapidamente, também, basicamente, se calhar, neste ponto, se calhar, se o Senhor Presidente me permitir e as Senhoras e os Senhores Deputados também, falo, de uma forma genérica, deles todos e depois, não quer dizer que não haja perguntas a colocar sobre os pontos.

Para dizer que, basicamente, o pacote fiscal mantém-se inalterável. Desde o mandato anterior até agora mantivemos os mesmos valores, seja no IRS, seja na tramitação onerosa, quer no IRS, do IVA, da Derrama. E deixámos, em particular, uma, que só quero deixar essa saliente, que tem a ver com o Imposto da Derrama.

Houve uma Lei, durante a COVID-19, para isentar os valores até 150,000,00 euros do lucro tributável para as pequenas e médias empresas, particularmente para as micros e pequenas. Depois disso, terminou o Programa de Apoio. Tinha uma linha de financiamento. A maior parte das Câmaras desistiu. Nós continuamos a manter este apoio. E muito do que é e os dados são do INE, houve um crescimento bastante significativo de pequenas e microempresas do Concelho. Não direi que é por causa disso, mas também ajudará, provavelmente, em este apoio que é feito dessa forma, que ajuda bastante o comércio local, a economia, as empresas familiares e as microempresas.

Neste caso concreto, os valores estão aí definidos em todos eles, em todos os as rubricas. A ideia é ter um pacote fiscal também amigo das famílias. E falo deles, genericamente. Deixava se calhar, aos Senhores Deputados, não invalidando, votarmos o um, obviamente, alguma questão que queiram colocar sobre alguma dos, até ao ponto 2.9, alguma questão que queiram colocar.

Senhor Presidente, se assim o entender, fizemos aqui economia também de tempo e deixava isso em aberto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim, podemos. Alguém quer fazer uso da palavra sobre a questão da Derrama, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a discussão e aprovação da Participação do Município no IRS e das Taxas de IMI? Depois, a seguir, passávamos à votação direta de ponto a ponto. Se alguém quer fazer o uso da palavra em algum destes pontos, faz favor. Ninguém. Então passamos, diretamente, às votações dos pontos.

Então, sobre o ponto 2.6 - Discussão de aprovação do lançamento da Derrama para o ano de 2026: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

Ponto 2.7 - Discussão de aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

Faltam as minutas. A seguir, lemos todas. É mais fácil

Ponto 2.8 - Discussão e aprovação da Participação do Município no IRS do ano 2026: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

Ponto 2.9 - Discussão e aprovação da fixação das Taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2026: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Vamos passar, apenas à leitura das minutas e provação.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Discussão e aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2026, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

a) Proceder-se ao lançamento da Derrama no ano de 2026, à taxa de 1,5%;

b) Isentar-se de Derrama, no ano de 2026, os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse 150.000,00 euros.

Foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Discussão e aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas:

- Fixar em 0,25%, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2026.

Foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - Discussão e aprovação da Participação do Município no IRS no ano de 2026:

- Participação de 4% no IRS dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal neste Concelho, relativamente aos rendimentos do ano 2026.

Foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Discussão e aprovação da fixação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2026:

- Taxa de IMI de 0,30%, para os prédios urbanos;
- Taxa de IMI de 0,8%, para os prédios rústicos;
- Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45%, elevada para o seu triplo, para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou em ruínas;
- Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45%, majorada em 30%, para prédios urbanos degradados.

Foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Temos agora, para os pontos seguintes, os pontos 2.10, 2.11, 2.12, 2.13 e 2.14 em que são as eleições de Presidentes de Junta para várias Comissões, nomeadamente, no caso do ponto 2.10 - Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No ponto 2.11 - Eleição de um Presidente de Junta da Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal.

No ponto 2.12 - Eleição de um Presidente de Junta da Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil.

No ponto 2.13 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu Substituto para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

E, por fim, no ponto 2.14 - Designação de 3 Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

A metodologia que eu sugiro, até porque julgo que já houve conversações e que estão consensualizadas, a exemplo, eu questionei os Serviços, como é que foi no passado. Não alterei nada. Portanto, estão aqui as propostas que eu julgo que estão conscientizadas nesta Assembleia. Eu vou, nomeadamente, dizer quais são. Votaríamos, como julgo que foi feito na proposta que a Mesa propõe, não havendo lugar a votação uninominal, ou de lista.

Pelo menos, foi assim que os Serviços me explicaram que assim foi feito no ano passado, em que foi apenas mencionada a Junta de Freguesia. E, portanto, obviamente o nome é o que corresponde ao Senhor Presidente de Junta. Se assim concordarem. Portanto, eu vou dizer já todas as situações. Falta-me aqui na questão do ponto 2.14, mas quando lá chegar, da parte do Partido Socialista, falta-me o Elemento do Partido Socialista.

Mas eu começava pelo ponto 2.10 - Eleição de 2 Presidentes da Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios em que a minuta da ata, que vai já ser lida pela Senhora Primeira Secretária. Mas são propostos o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo.

Portanto, eu colocaria à votação já da minuta e passávamos ao ponto seguinte.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 - Eleição de 2 Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, foi posto a discussão, tendo sido eleitos os Senhores Presidentes da União de Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira e da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Naturalmente, são: António Fernando Andrade Almeida e António Fernandes da Costa. Os nomes propostos são os Senhores Presidentes da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira e da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Agora, sim, em minuta. Peço desculpa. Já é o querer acelerar.

A Senhora Primeira Secretária:

- O ponto 2.10 - Eleição de 2 Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa de Floresta contra Incêndios, foi posto à discussão, tendo sido eleitos os Senhores Presidentes da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, António Fernando

Andrade Almeida e da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo, António Fernandes da Costa, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Ponto 2.11 - Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal. Proposto pela Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, Sérgio Miguel Dias da Rocha. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal foi posto à discussão, tendo sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, Sérgio Miguel Dias Rocha, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra zero e zero abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Ponto 2.12 - Eleição de umo Presidente da Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil. Proposto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, António Luís Roque da Silva. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil foi posto à discussão, tendo sido eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, António Luís Roque da Silva, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.13. - Eleição de um Presidente da Junta da Freguesia e seu substituto para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Proposto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Pedro Miguel Marques Morais e para Suplente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cana Senhorim, Jeffrey Guedes de Almeida. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi posto à discussão, tendo sido eleito, para Efetivo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Pedro Miguel Marques Morais e para Suplente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Jeffrey Guetes de Almeida, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Por último, ponto 2.14, último ponto - Designação de 3 Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas. Luísa Barata. Muito bem. Então, temos proposta da Assembleia: Luísa Maria Ponces de Serpa da Fonseca Barata.

Bom, proposta de votação dos nomes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas da Assembleia Municipal: Eugénia da Conceição Silveira Brás de Figueiredo, Luísa Maria Ponces Serpa Barata e Marco António Caixinha Palma: Quem vota contra?

O Senhor Deputado António Sousa:

- Tem que fazer uma pergunta sacramental, neste caso. Não. Quem tem que fazer é o Senhor Presidente da Assembleia. A pergunta, eu já vou dizer qual é. Neste caso são nomes que estamos a votar. Os nomes, em princípio, são votados por volto secreto. Tem que perguntar à Assembleia: Alguém se opõe a que seja por braço no ar. Se houver uma única pessoa que se oponha tem que ser por voto secreto. Se ninguém se opor, adiante, depois, siga

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, obrigado. Muito bem. Poderá ser também por lista? Poderá ser por lista secreta? Já percebi. Muito obrigado. Alguém se opõe que a votação desta lista seja por braço no ar? Então, vamos para a lista. Muito bem. Lista A, admitida na Mesa. Há oposição. Portanto, vamos dar entrada. Vamos ter que dar entrada como Lista A. Vamos fazer votação por lista. Dar entrada na lista. Muito bem, não tem problema nenhum.

Vou buscar urna. Eu vou buscar. Ora bem, como os Senhores Deputados podem ver, a urna está vazia. Eu vou deixá-la ali naquele canto. Todos têm um papelinho para votar. Querem votar. Podem votar ali dentro e está ali a urna. Sim, Não e Branco, ou A. A lista é a lista A, que deu entrada, é única. Agora, vamos fazer a chamada. Estamos prontos para votar? Não?

A Senhora Primeira Secretária:

Portanto, vamos iniciar a votação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora bem, temos os resultados, temos 28 boletins de voto e todos votam, favoravelmente, a lista única A, que designa três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas que são: Eugénia Conceição Silveira Brás Figueiredo, pelo PSD, Luísa Maria Ponches de Serpa Barata, para o PS e Marco António Caixinha Palma, pelo Chega. Portanto, aprovado, por unanimidade.

Minuta. Peço desculpa. Tem que pôr os nomes.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 - Designação de três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido eleitos os Senhores: Eugénia Conceição Silveira Brás de Figueiredo, Luísa Maria Ponces da Serpa da Fonseca Barata e Marco António Caixinha Palma, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O nome está completo. Mas nós corrigimos. Não tem problema. Vamos corrigir: Luísa Maria Ponces da Serpa da Fonseca Barata-

A Senhora Primeira Secretária:

- Então volto a ler. Agora com os nomes todos completos.

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 - Designação de três Membros da Assembleia Municipal de Nelas para integração, em modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido eleitos a Senhora Eugénia Conceição Silveira Brás de Figueiredo, a Senhora Luísa Maria Ponces de Serpa da Fonseca Barata e o Senhor Marco António Caixinha Palma, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade.

Muito bem. Terminamos a Ordem do Dia. Temos agora a hora do Público. Algum dos Senhores do Público deseja usar da palavra neste Período do Público?

Não temos nenhuma inscrição. Dou por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal, desejando a todos um bom Natal e um Próspero Ano Novo.

Muito obrigado por tudo.

Boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: